

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**A IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC CAMPO PELO IFAC NO**  
**VALE DO JURUÁ - PRIMEIROS PASSOS**

**MYRNA FREIRE DA CUNHA**

**2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC CAMPO PELO IFAC NO VALE  
DO JURUÁ - PRIMEIROS PASSOS**

**MYRNA FREIRE DA CUNHA**

*Sob a Orientação do Professor*  
Gabriel de Araújo Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica – RJ  
Setembro de 2014

630.7098112

C972i

T

Cunha, Myrna Freire da, 1981-

A implantação do PRONATEC Campo pelo IFAC no Vale do Juruá - primeiros passos / Myrna Freire da Cunha - 2014.

76 f.: il.

Orientador: Gabriel de Araújo Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 68-70.

1. Ensino agrícola - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Teses. 2. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Brasil) - Teses. 3. Ensino profissional - Teses. 4. Educação permanente - Teses. 5. Agricultura familiar - Teses. 6. Reforma agrária - Teses. 7. Política pública - Teses. I. Santos, Gabriel de Araújo, 1949-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

MYRNA FREIRE DA CUNHA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/09/2014.



---

Gabriel de Araújo Santos, Prof. Dr. UFRRJ



---

Rosa Cristina Monteiro, Profa. Dra. UFRRJ



---

Andrés Calderín García, Prof. Dr. UNAH

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por estar neste mundo tendo a oportunidade de aprender todos os dias, de me ensinar que tudo na vida está em processo de evolução e constante metamorfose, por me dar forças nos momentos mais difíceis desta jornada.

Gostaria também de agradecer algumas pessoas que foram essenciais para que eu concluísse esse projeto com êxito:

Ao meu filho, Ícaro Roberto Cunha, pela paciência, pelo amor, pelo carinho, pela compreensão, pela obediência, pois foram inúmeras as vezes que não pude lhe dar atenção enquanto falava, que não pude estar presente em suas atividades da escola, que não pude lhe auxiliar nas tarefas para casa, tudo isso pelo motivo de estar buscando realizar um sonho, sonho este que me fez estar distante para que eu pudesse me debruçada sobre este projeto com tanta intensidade.

A minha filha, Isis Pietra Cunha, agradeço também por suas palavras de carinho, pela paciência, pelo amor, pela compreensão e por sua obediência.

Aos meu pais Manoel Matos e Maria Freire por terem me dado força, por me incentivar sempre a nunca desistir dos meus sonhos, pela paciência que tiveram, pelo amor e pelo respeito ao meu tempo.

A minha irmã Emanuella Cristina Cunha, por seu amor, por seu apoio, por suas palavras de incentivo em todos os momentos desta minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador professor Dr. Gabriel de Araújo Santos pela paciência durante todo o meu trajeto.

As minhas amigas Ana Carla e Ana Santos que estiveram sempre muito presentes me dando forças nos momentos mais difíceis que passei durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Enfim, a todos que direta e indiretamente fizeram parte de mais este capítulo da história de minha vida.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.”

(Paulo Freire)

## RESUMO

CUNHA, Myrna Freire da. **A implantação do Pronatec Campo pelo Instituto Federal do Acre - IFAC no Vale do Juruá - Primeiros Passos** 2014. 76f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

O presente estudo teve por objetivo analisar o processo de implantação dos cursos de formação inicial e continuada através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec Campo, ofertados por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC no Vale do Juruá na cidade de Cruzeiro do Sul a algumas de suas comunidades rurais. Foram sujeitos da pesquisa 05 comunidades rurais que recebem os cursos coordenados pelo Câmpus do IFAC em Cruzeiro do Sul, distribuídos em várias cidades do vale do juruá. Mediante estudo de natureza qualitativa, com o uso de observação direta, aplicação de questionário, análise de depoimentos e análise de documentos internos da instituição ofertante, os resultados apontaram que, apesar de alguns entraves quanto ao fluxo, regularização de documentação junto a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, acesso aos locais das aulas, ausência de formação acadêmica necessária em alguns municípios, foi possível verificar que o Pronatec, programa este, que foi criado com a finalidade de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial está conseguindo, de fato, chegar até as comunidades rurais e auxiliando nas técnicas de plantio e colheita de alguns agricultores. Assim como, está resgatando o interesse de jovens e adultos a permanecerem em sua localidade onde terão acesso a educação profissional que facilitará aos mesmos ingresso em cursos técnicos ou mesmo superior, pelo fato de estarem enquadrados dentro de um dos perfis do público alvo do Pronatec, que é o Campo. Tal demanda é assistida por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário que realiza o processo seletivo destes alunos. Neste sentido, esta pesquisa demonstrou que a oferta dos cursos de formação inicial e continuada do Pronatec no Campo, pode ser um importante instrumento de apoio ao processo de formação acadêmica nas comunidades rurais por meio de formação técnica, demonstrou ainda, a possibilidade de inserção direta no mundo do trabalho, como também, a renovação tecnológica no trato com a agricultura familiar nestas comunidades.

**Palavras-chave:** Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico - PRONATEC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, oferta, campo, comunidade rural, formação inicial e continuada.

## ABSTRACT

CUNHA, Myrna of Freire. **The deployment of Pronatec Field by the Federal Institute of Acre - IFAC in Juruá Valley - first steps** 2014. 76f. Thesis (MS in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

The present study aimed to analyze the deployment process of the courses of initial and continuing education through the National Program for Access to Technical Education and Employment - Pronatec field, offered through the Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre - the IFAC Juruá Valley in the city of Cruzeiro do Sul to some of their rural communities. 05 rural communities hosting courses coordinated by Campus IFAC in Cruzeiro do Sul, distributed in various cities of the valley were Juruá research subjects. Through qualitative study, using direct observation, questionnaires, analysis of interviews and analysis of internal documents of the offering institution, the results indicated that, despite some as barriers to the flow, regularization of documentation from the Department of Education vocational and Technology - SETEC, access to local classes, lack of academic training required in some counties, we found that Pronatec, this program, which was created in order to expand and democratize internalize the supply of vocational education technical level and mid-face and distance courses and initial training programs are achieving, in fact, reach rural communities and assisting in the techniques of planting and harvesting of some farmers. Like, is rescuing the interest of young people and adults to remain in their locality where they will have access to professional education that will facilitate entry to the same or even higher in technical courses, because they are framed within one of the target audience Pronatec profiles what is the Campo. This demand is assisted by the Ministry of Agrarian Development which conducts the selection process of these students. In this sense, this research demonstrated that the provision of courses of initial and continuing education in the field of Pronatec, can be an important tool to support academic training in rural communities through technical training process also demonstrated the possibility of direct insertion the world of work, as well as the technological renovation in dealing with family farming in these communities.

**Keywords:** National Program for Access to Technical Education - PRONATEC, Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre - IFAC, supply, field, rural community, initial and ongoing training.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Nova divisão política do Acre.....	18
<b>Figura 2:</b> Localização dos Câmpus do IFAC.....	19
<b>Figura 3:</b> Acesso a Escola Rural no período chuvoso.....	37
<b>Figura 4:</b> Reunião com os alunos na comunidade São Roque.....	56
<b>Figura 5:</b> Aula prática. Explorando o espaço da própria comunidade.....	57
<b>Figura 6:</b> Meio de transporte de alguns alunos.....	57
<b>Figura 7:</b> Acesso a uma das comunidades aonde aconteciam as aulas.....	58
<b>Figura 8:</b> Aula prática.....	58
<b>Figura 9:</b> Acesso fluvial a uma das comunidades aonde aconteciam as aulas.....	71
<b>Figura 10:</b> Acesso ao local das aulas.....	71
<b>Figura 11:</b> Meio de transporte utilizado pelos professores.....	71
<b>Figura 12:</b> Acesso a escola rural aonde aconteciam as aulas.....	72
<b>Figura 13:</b> Sorteio público realizado pelo MDA.....	72
<b>Figura 14:</b> Aula teórica - sala de aula.....	72
<b>Figura 15:</b> Aula teórica.....	73
<b>Figura 16:</b> Aula teórica.....	73
<b>Figura 17:</b> Aula teórica.....	73
<b>Figura 19:</b> Aula prática.....	74
<b>Figura 19:</b> Aula prática.....	74
<b>Figura 20:</b> Aula prática.....	74
<b>Figura 21:</b> Aula prática.....	75
<b>Figura 22:</b> Certificação no Alto Acre.....	75
<b>Figura 23:</b> Certificação no Vale do Purus - comunidade indígena.....	75
<b>Figura 24:</b> Reunião da coordenação geral com seus coordenadores adjuntos.....	76
<b>Figura 25:</b> Reunião da coordenação geral com instituições demandantes.....	76

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Informações sobre as regionais do Estado do Acre .....	17
<b>Quadro 2:</b> : Oferta do IFAC no ano de 2013 .....	23
<b>Quadro 3:</b> Estrutura e demandantes de um curso PRONATEC CAMPO .....	28
<b>Quadro 4:</b> Oferta do Pronatec em 2012 no vale do Juruá.....	29
<b>Quadro 5:</b> Oferta do Pronatec no Vale do Juruá em 2013 .....	33
<b>Quadro 6:</b> Área territorial do Estado do Acre e de seus municípios .....	40
<b>Quadro 7:</b> Evolução da população, da taxa de urbanização e do crescimento populacional..	41
<b>Quadro 8:</b> Evolução da população, habitantes por sexo. ....	42
<b>Quadro 9:</b> População residente por município .....	43
<b>Quadro 10:</b> População residente por município e localização .....	44
<b>Quadro 11:</b> População residente por faixa etária e sexo .....	44
<b>Quadro 12:</b> População Indígena - 2013 .....	46
<b>Quadro 13:</b> Áreas naturais protegidas .....	47
<b>Quadro 14:</b> Solo do Acre .....	47
<b>Quadro 15:</b> Vegetação do Acre .....	48
<b>Quadro 16:</b> Dados gerais da educação básica .....	50
<b>Quadro 17:</b> Plano Territorial de Qualificação Profissional (PLANTEQ) - 2010 .....	50
<b>Quadro 18:</b> Oferta PRONATEC 2013/1º bloco .....	59
<b>Quadro 19:</b> Oferta PRONATEC 2013/2º bloco .....	60
<b>Quadro 20:</b> Aproveitamento e resultados educacionais PRONATEC 2013/1º bloco .....	61
<b>Quadro 21:</b> Aproveitamento e resultados educacionais PRONATEC 2013/2º bloco .....	62
<b>Quadro 22:</b> Profissionais bolsistas em 2013/1º bloco .....	63
<b>Quadro 23:</b> Profissionais bolsistas em 2013/2º bloco .....	63

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Ingresso do IFAC no ano de 2013 .....	24
<b>Gráfico 2:</b> Evasão .....	24
<b>Gráfico 3:</b> Concluintes .....	25
<b>Gráfico 4:</b> Alunos em Cursos .....	25
<b>Gráfico 5:</b> Vagas do Pronatec, por demandante no ano de 2012.....	31
<b>Gráfico 6:</b> Vagas por demandante no ano de 2013.....	38
<b>Gráfico 7:</b> Gênero .....	51
<b>Gráfico 8:</b> Faixa etária dos alunos .....	52
<b>Gráfico 9:</b> Estado civil dos alunos .....	52
<b>Gráfico 10:</b> Grau de escolaridade dos alunos .....	53
<b>Gráfico 11:</b> Meio de Locomoção .....	53
<b>Gráfico 12:</b> Distância percorrida até a escola.....	54
<b>Gráfico 13:</b> Concluintes e evasão .....	65

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL</b> .....	2
<b>2. CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO NO CAMPO: UMA REVOLUÇÃO NECESSÁRIA</b> ..	5
2.1. Políticas Públicas Voltadas para o Campo .....	8
2.2. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.....	9
2.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF .....	10
<b>3. CAPÍTULO III - O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC</b> .....	11
3.1. Os sub-programas .....	14
3.2. Público-alvo.....	15
3.3. Forma de Execução dos Cursos Regulares e dos Programas no IFAC .....	16
<b>4. CAPÍTULO IV – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA: O ESTADO DO ACRE E O INSTITUTO FEDERAL DO ACRE - IFAC</b> .....	17
4.1. O Estado do Acre .....	17
4.2. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Acre.....	18
4.2.1. Suas características e objetivos.....	20
4.2.2. Análise da oferta do Instituto no ano de 2013 .....	23
<b>5. CAPÍTULO V – O TRABALHO DE CAMPO</b> .....	26
5.1. Local da pesquisa .....	26
5.1.1. A Microrregião de Cruzeiro do Sul.....	26
5.1.2. Microrregião de Tarauacá .....	26
5.2. Público Alvo .....	26
5.3. Estrutura da Equipe Local .....	27
5.4. Resultados e Discussões do Trabalho de Campo .....	27
5.5. 1º Etapa - Análise dos documentos internos referentes ao Pronatec do Câmpus Cruzeiro do Sul .....	28
5.6. 2º Etapa - Análise de dados do IBGE, SEAPROF, SEMA, ZEE e Infraero.....	39
5.7. 3º Etapa – Aplicação de questionários aos discentes.....	51
5.8. 4º Etapa - Coleta de depoimentos dos discentes .....	54
5.9. Avaliação do Pronatec Campo no Vale do Juruá.....	58
5.9.1. Resultados educacionais.....	61
5.9.2. Assistência e apoio estudantil.....	63
5.9.3. Informações dos bolsistas envolvidos .....	63
5.10. Diagnóstico do Pronatec Campo no Vale do Juruá.....	64
<b>CONCLUSÃO</b> .....	66
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	68
<b>ANEXOS</b> .....	71

## INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem sido palco de mudanças em diferentes áreas de atuação humana, exigindo desta seu constante aperfeiçoamento para o alcance de determinadas finalidades. Essas mudanças, principalmente impulsionadas pelos avanços científico-tecnológicos, tem forçado os sujeitos a acompanharem seu dinamismo sob pena de serem inexoravelmente excluídos da sociedade (e em especial do mundo do trabalho). Para seguir no compasso dessa sociedade cambiante ou pelo menos acompanhar de perto suas transformações sem delas tornar-se reféns, mostra-se como possibilidade a Educação. Pautados nessa percepção, Governos tem voltados seus olhares para ela como um dos pilares de desenvolvimento e crescimento econômicos.

No Brasil, chegou a vez da Educação Profissional ocupar seu lugar como propulsora na complexa engrenagem do desenvolvimento. Ela tem recebido fortes investimentos do Governo Federal, sobretudo no Governo Lula, como parte de um projeto de desenvolvimento e inclusão em todo país. Consubstanciado em políticas públicas e programas educacionais diversos, esses investimentos tem contribuído para formação profissional de grande número de jovens e de trabalhadores que buscam complementar sua escolaridade e/ou se (re)inserir no mundo do trabalho.

No Governo Dilma, sucessora do ex-presidente Lula, a continuação de tal projeto pode ser iconizada com o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, que, nas palavras da mesma em pronunciamento entusiasta de inauguração do Programa, afirmou que este significaria à nação “um grande aumento de produtividade, uma imensa capacidade de melhorar a qualidade dos nossos empregos e, sobretudo, de assegurar para o Brasil um padrão de desenvolvimento e integração social” (ROUSSEF, 2011).

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi verificar como se deu a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec Campo por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, no Câmpus Cruzeiro do Sul situado no Vale do Juruá. Os objetivos específicos do estudo são:

- Analisar a implantação do Programa no Vale do Juruá;
- Destacar os impasses e dificuldades durante a execução do programa no Vale do Juruá.
- Refletir sobre a viabilidade do Pronatec no vale do Juruá.
- Apontar as experiências e os casos de sucesso do programa.

Com vistas a contemplar os propósitos anteriores, a dissertação foi organizada do seguinte modo. O primeiro capítulo faz uma revisão da literatura que aborda a educação profissional no Brasil com o objetivo de verificar como se deu a árdua missão da implantação de cursos técnicos voltados para o mundo do trabalho.

O capítulo II aborda sobre a educação no campo, tendo em vista que os cursos avaliados na dissertação estão voltadas para o homem do campo.

O capítulo III ressalta o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, mostrando as leis e as diretrizes do mesmo, para que pudéssemos verificar os objetivos do programa e suas peculiaridades.

O capítulo IV faz a contextualização de onde a pesquisa foi realizada, bem como os recursos metodológicos utilizados com o propósito de analisar como se deu a implantação do programa no Vale do Juruá, no Acre.

Finalmente, no capítulo V é comentado sobre a pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, para que fosse possível detectar as dificuldades e os casos de sucesso detectados.

## 1. CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Em 1909, no governo do então Presidente da República Nilo Peçanha foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices que mais tarde dariam origem às Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets). Estes eram inicialmente subordinados ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio passando para a supervisão do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930.

Naquela época o contexto de criação dessas escolas era o de ofertar qualificação aos “desprovidos da sorte”, aqueles que estavam à margem da ativa participação social, política e econômica na sociedade.

Em 16 de fevereiro de 1958 foi sancionada a Lei n.º 3.552, onde a Escola adquire status de Autarquia Federal, conquistando assim autonomia administrativa, financeira, didática e técnica, ofertando o ensino médio e formação profissional, concomitantemente. Tal mudança possibilitava o prosseguimento dos estudos em grau mais elevado, conforme preconizava um de seus objetivos: “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica, permitindo ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”.

Paralelamente, à medida que o país foi passando por transformações políticas em um breve período de eleições livres, houve uma mudança na concepção do papel da escola que passava a ser responsável pela formação de todos os cidadãos e não mais apenas de um grupo privilegiado. A Lei 4.024 Diretrizes e Bases da Educação, de 21 de dezembro de 1961, ampliou bastante a participação das ciências no currículo escolar, que passaram a figurar desde o 1º ano do curso ginasial. No curso colegial, houve também substancial aumento da carga horária de Física, Química e Biologia. Essas disciplinas passavam a ter a função de desenvolver o espírito crítico com o exercício do método científico. O cidadão seria preparado para pensar lógica e criticamente e assim capaz de tomar decisões com base em informações e dados.

Quando novamente houve transformações políticas no país pela imposição da ditadura militar em 1964, também o papel da escola modificou-se, deixando de enfatizar a cidadania para buscar a formação do trabalhador, considerado agora peça importante para o desenvolvimento econômico do país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, promulgada em 1971, norteia claramente as modificações educacionais e, conseqüentemente, as propostas de reforma no ensino de Ciências ocorridas neste período. (Myriam Krasilchik São Paulo Perspec. v.14 n.1 São Paulo jan./mar. 2000).

Em 1968, surge a Lei n.º 5.540 que tratava somente do ensino superior. Em 1971, nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei n.º 5.692/71), denominada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, teve, igualmente, período gestatório lento, porém impermeável a debates e à participação da sociedade civil. Mais uma vez as disciplinas científicas foram afetadas, agora de forma adversa, pois passaram a ter caráter profissionalizante, descaracterizando sua função no currículo. Entre outras mudanças, a Lei n.º 5.692/71 impõe um cunho técnico-profissional a todo currículo de segundo grau. Por conseguinte, um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime de urgência.

Naquele período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos. Portanto, a nova legislação conturbou o sistema, mas as escolas privadas continuaram a preparar seus alunos para o curso superior e o sistema público também se reajustou de modo a abandonar as pretensões irrealistas de formação profissional no 1º e 2º graus por meio de disciplinas pretensamente preparatórias para o trabalho. Em 1978, três escolas federais, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná passam

a ser centros federais de educação tecnológica (Cefet), assim passaram a ter mais uma atribuição a de ofertar ensino superior com cursos de licenciaturas e tecnólogos. Em 1982, a Lei 7.044/82 extinguiu a “profissionalização compulsória”, substituindo-a pela “preparação para o trabalho” que, segundo Cunha (1985): “trata-se de um termo impróprio e impreciso, pois embora mantivesse a imagem de ensino profissionalizante, permitia qualquer coisa”.

Na década de 90 a educação profissional passa por uma série de dificuldades. Foi nesse momento que aconteceu a proibição de construção de novas escolas federais, ampla valorização da oferta de cursos superiores, sucateamento, privatização de centros de ensino e ainda a transferências da responsabilidade da oferta do ensino médio regular e dos cursos técnicos, ao Estado e as instituições da iniciativa privada. Neste contexto fica evidenciado o esforço estabelecido por um grupo neoliberal em tornar o ensino médio regular elitizado, um ensino voltado para a preparação no ingresso do ensino superior, ou seja, somente tinham acesso ao ensino superior aqueles que detinham um maior poder aquisitivo. A sociedade menos favorecida, aqueles que estavam a margem das políticas de desenvolvimento de Estado, passa por uma situação econômica, social e política cada vez mais desfavorecida.

Em 2003, o Ministério da Educação realizou dois seminários. Seminário Nacional “Ensino Médio: Construção Política” e Seminário Nacional de Educação Profissional “Concepções, experiências, problemas e propostas”. Nesses seminários, principalmente no segundo, ficou evidenciado duas concepções de educação profissional, a primeira ancorada nos princípios do Decreto nº. 2.208/97, que na sua essência separava a educação profissional da educação básica, e outra que trazia para o debate os princípios da educação tecnológica/politécnica. O documento do MEC já apontava naquele momento a perspectiva de integração das políticas para o ensino médio e para a educação profissional, tendo como objetivo o aumento da escolarização e a melhoria da qualidade da formação do jovem e adulto trabalhador. (MEC, Documento Base, Brasília, dezembro 2007).

Essa natureza histórica começa a mudar a partir de 2004 onde se inicia a reorientação das políticas federais para a educação profissional e tecnológica com a alteração da Lei que vedava a expansão da rede federal e com a feliz retomada da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Desde então essa discussão não cessou mais, pelo contrário tínhamos 144 unidades distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidade de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica e seus *Campi*, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas a universidades federais e que com a expansão estamos alcançando a média de mais de 398 unidades por todo o Brasil.

Então, em 28 de dezembro de 2008 é criada a Lei 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dando outras providências. A partir desde momento surge um novo projeto pedagógico com uma nova missão voltada para a educação profissional e tecnológica.

“O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais” (Eliezer Pacheco e Caetana Juracy. Brasília, junho de 2009, p. 08).

Os projetos pedagógicos devem seguir os objetivos já estabelecidos e não fugir do cumprimento da missão para o qual os Institutos foram criados. Estes devem ter como uma de suas diretrizes:

“A sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado” (Eliezer Pacheco. Brasília, 2011, p. 51).

Segundo Éden Neto e Flávio Santos (2007), os gestores e a comunidade dos CEFETs, desenvolveram ações, objetivando construir um modelo de educação profissional e tecnológica, sintonizado com o mundo do trabalho e que atendesse às peculiaridades desenhadas, historicamente, pela instituição: oferta da educação técnica/profissional, integrada ao ensino médio; consolidação e expansão da graduação e da pós-graduação; crescimento da pesquisa e da produção intelectual; expansão e interiorização das suas atividades.

Os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, que assim sendo carregam em sua estrutura o pressuposto do combate às desigualdades estruturais de toda ordem.

É por todas as mudanças estruturais e por todas as intervenções nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas que os Institutos assumem um papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região de polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Portanto, este novo desenho constituído, com a criação dos Institutos Federais, traz como principal função a intervenção na realidade, nas perspectivas de um local, trazendo a possibilidade da realização de sonhos de concretização da inclusão de setores sociais deste País, que por muitos anos estiveram à margem de políticas públicas que de fato fizessem o papel de resgate da cidadania e que transformasse uma sociedade que historicamente foram aliados do processo de desenvolvimento do Brasil.

Entretanto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram instituídos com a real finalidade de atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania em concordância com os arranjos produtivos locais, trabalhando principalmente a equidade social, lidando com o conhecimento de forma integrada e verticalizada. Contudo para a realização de todas estas ações e concretização do seu objetivo central, faz-se necessário uma aproximação destas instituições junto à realidade local e regional. Este deve ser um processo de construção perene entre instituição e sociedade civil, remetendo ao fato de que esta construção perpassa todos os setores envolvidos neste processo, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nesta realidade para que haja abrangência de que a realidade local e universal não são dicotômicas neste processo, ou seja, uma não existe em detrimento do outro e sim há muitas por vezes justaposição neste processo que legitima e justifica a importância da natureza pública e ainda constrói uma educação profissional de tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social.



## 2. CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO NO CAMPO: UMA REVOLUÇÃO NECESSÁRIA

A Educação do Campo nasceu das lutas dos movimentos sociais camponeses, em contraponto à Educação Rural. Para Caldart (2009) esse modelo de educação nasceu vinculada aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores sem-terra, sem trabalho, dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra situação em que se encontravam ampliando o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo é diferente da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, práticas sociais, territórios e culturas que compõem a diversidade que compõem o campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades dos camponeses que criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo, em todas as suas dimensões (sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas).

A Educação do Campo propõe uma escola no e do campo, feita pelos sujeitos que nela vivem trabalham. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses sujeitos. No entanto, para garantir o direito de todos os cidadãos, a escola precisa estar onde os indivíduos estão. Por isso, a escola tem que ser construída e organizada no campo. O fato de estar no campo também interfere na produção dos conhecimentos, porque não será uma escola descolada da realidade dos sujeitos.

Construir Educação do Campo significa também construir uma escola do campo, significa estudar para viver no campo, buscar desconstruir a lógica de que se estuda para sair do campo (BRASIL, 2003).

De acordo Fernandes, Cerioli e Caldart (2009) a Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

Assim, no paradigma da Educação do Campo, busca-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor. Ao mesmo tempo, considera-se e respeita-se a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola (BRASIL, 2007).

Existem dois elementos que fundamentam a Educação do Campo: a superação da dicotomia entre o rural e o urbano; e a necessidade de recriar os vínculos de pertença ao campo. A concretização desses fundamentos, exige a implementação de políticas que compreendam a Educação e a Escola do Campo.

A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo.

Para Azevedo de Jesus (2004, p. 17):

“Educação do Campo banha-se no próprio campo que foi perversamente desqualificado, para pensar de forma crítica e propositiva a vida. Por isso ela é uma prática fundamental de

reinvenção social, pois questiona os dispositivos utilizados para manter a desigualdade e a exclusão.”

Assim, essa educação tem como princípio fundamental a inclusão dos diversos atores que vivem no campo. Para que possa ser feita a inclusão torna-se necessários que esses sujeitos sejam reconhecidos, primeiramente como sujeitos de direitos, depois como protagonistas de seus processos educacionais. Nessa direção, Caldart, (2004, p. 7), trás considerações importantes para a Educação do Campo, segundo ela:

“A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza dos dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum, estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais.”

Para a autora, um aspecto fundamental da Educação do Campo é a própria identificação com seus sujeitos, ou seja, a educação do campo é para as pessoas que vivem no campo e deve ter em sua essência pedagógica e metodológica traços identitários dos sujeitos do campo.

O entendimento do campo como um modo de vida social contribui para a autoafirmação da identidade dos povos do campo, no sentido da valorização do seu trabalho, da sua história, do seu jeito de ser, dos seus conhecimentos, da sua relação com a natureza e como ser da natureza; valorização esta que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história.

Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam: assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, pequenos proprietários, viliões rurais, povos das florestas, etnias indígenas, comunidades negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos, e outros mais. Entre estes, há os que estão vinculados a alguma forma de organização popular, outros não. São diferentes gerações, etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalhar, de viver, de se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (2004, p.05) assinalam que “o campo é mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana”. Essa ponderação das Diretrizes Operacionais segue na perspectiva de reconhecer que para além das prerrogativas de considerar o rural como perímetro não urbano, o campo tem características próprias que o identificam e o situam na dinâmica da sociedade.

Assim, ao fazer a defesa de políticas públicas específicas para o campo, Arroyo (2004) argumenta que mudanças são necessárias, pois não se aceita mais políticas públicas compensatórias, mas políticas que respeitem o específico do campo, pois o campo está mudando e encontra-se em movimento. Nessa perspectiva, se o campo é outro, não se podem aceitar as mesmas políticas públicas anteriores.

A necessidade de políticas públicas para o campo tem suas razões na forma como as mesmas foram construídas ao longo dos anos. Molina e Azevedo de Jesus (2004, p. 09) destacam que “as formas tradicionais de desenvolverem-se as políticas públicas de educação rural, foram desqualificadoras da própria existência do campo e dos seus sujeitos”. Diante

disso é preciso pensar a Educação do Campo com todas as suas especificidades e contemplá-las no desenho de nossas políticas públicas educacionais.

## 2.1. Políticas Públicas Voltadas para o Campo

Ao longo dos anos, as políticas educacionais têm sido direcionadas para atender à demanda do sistema produtivo, seguindo assim na contramão de um processo educativo realmente inclusivo. Isso nos leva à síntese de que a educação tem servido a diferentes interesses e grupos, sendo urgente e necessário, como evidencia Mészáros (2005), “tecer alternativas para que a educação possa transpor os limites do capital”. O referido autor considera que as soluções no âmbito da educação, para romper com a lógica do capital, não devem ser formais; devem ser essenciais e abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade.

Conforme explicitado no parecer que embasou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, “[...] o específico pode ser também como exclusivo, relativo ou próprio de indivíduos [...]” (2004, p. 29). Isso justifica, segundo o mesmo documento, muito mais que o acesso, mas a adaptação delas às necessidades exclusivas, ou seja, específicas do campo.

Nessa perspectiva, o currículo da Educação do Campo deve contribuir para que os estudantes reflitam sobre a sua prática, sobre as tradições culturais, as teorias que são expressas, os pressupostos e os interesses a quem servem. Conforme Fernandes:

“A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural” (FERNANDES, p. 67, 2002).

Portanto, a produção, a sobrevivência, a permanência, a valorização do campo, politização e outras questões socioculturais, bem como a valorização e preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, são elementos essenciais na composição e estruturação do processo escolar do campo.

Atualmente, os currículos escolares do campo não podem deixar de incluir o estudo sobre as questões de grande importância em nossa sociedade, tais como: questões ambientais, questões agrária e fundiária, sociais, matrizes produtivas, econômicas, políticas, culturais, de poder, de raça gênero, etnia, sobre tecnologias na agricultura, entre outras. Enfim, é necessário que o currículo de uma escola do campo contemple as relações com o trabalho na terra e trabalhe o vínculo entre educação e cultura, sendo a escola um espaço de desenvolvimento cultural de toda a comunidade.

Para Arroyo (2004), a educação do campo deve incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, que será possível se a educação for situada como direito, e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos. Para esse autor, a luta situa-se no campo dos direitos que foram historicamente negados, sobretudo no campo do direito do trabalhador à educação.

Esses direitos serão garantidos a partir de uma nova forma de pensar, entender e vivenciar a educação do campo, buscando-se desconstruir a imagem das escolas do meio rural como atrasadas, pobres e fora do lugar no projeto de desenvolvimento do país. Para isso, deve haver um esforço para mudar a concepção que se tem do campo. Nessa nova concepção, o

campo surge como espaço de criação e recriação de processos educativos que defendem os trabalhadores como sujeitos de direitos. Nesse sentido, a educação do campo tem como princípio fundamental a inclusão dos diversos atores que vivem no campo.

As pessoas que vivem no campo merecem uma educação que seja condizente com suas realidades, com aquilo que é visto e vivido em seus cotidianos; pensar em educação do campo como uma política pública requer que pensemos primeiramente na referência que temos de educação como uma política pública, fora dos parâmetros dos projetos que contemplam apenas realidades localizadas. Assim CAVALCANTI (2009) diz que tratar a Educação do Campo como uma política pública implica pensar, em primeiro lugar, ações educacionais de forma ampliada, não somente quanto à demanda histórica por educação nas áreas rurais, mas também no que se refere aos diversos níveis e modalidades de educação, considerando ainda a diversidade étnica, cultural, ambiental e social do campo.

A educação que por muito tempo era destinada àqueles que podiam pagar por ela, agora toma um novo rumo, uma nova demanda da sociedade necessita dela e para isso a buscam, e nesta busca encontram barreiras e estas são postas justamente por aqueles que levantam descaradamente a bandeira de uma educação para todos, mas como bem sabemos é somente uma fala sem compromisso e cheia de mentiras, a única verdade é que a Educação do Campo tem que ser um direito real de quem vive no campo e um dever do Estado de fornecer as fermentas certas que ajudaram a concretizar as políticas de públicas de Educação do campo e para o Campo.

Para Souza e Reis (2003, p. 27), o sentido da educação (...) está no fato de poder contribuir para que as pessoas assumam uma postura diante do meio em que convivem e de que, nessa busca do (re) conhecimento si (como sujeito histórico) e do lugar (como reflexo dessa história), possa intervir e transformar a ambos.

Logo se tem a necessidade de uma educação específica para o campo, que tenha metodologias e conteúdos próprios que contemple a história dos povos do campo que tenha claramente a valorização por sua cultura e que vise à formação de sujeitos transformadores de suas realidades e que se vejam como sujeitos construtores de histórias e que estão situados em um tempo e um espaço.

De acordo com Teixeira (2002) “políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. Teixeira (2002) afirma ainda que o objetivo da política pública é responder às demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas, influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social.

Segundo Abramovay (2001), essas políticas públicas vêm sendo absorvidas rapidamente por muitos intelectuais e por movimentos sociais que discutem a questão agrária, como um meio transformador, visto como a possibilidade de gerar o “desenvolvimento rural”. Esse seria um meio concreto de inclusão social para amplos segmentos da produção familiar brasileira, apresentando-se como uma alternativa de mudança na configuração da exclusão e da pobreza do espaço agrário.

## **2.2. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**

Segundo Coutinho (2009) o PRONERA é o exemplo concreto de que a luta social no campo não é somente por terra, mas por políticas públicas amplas, por dignidade e melhoria de qualidade de vida, o que, necessariamente, passa pela educação.

Transformar a realidade educacional do campo significa dar a eles o entendimento que os direitos são de todos e que os direitos não são ou não deveria ser de uma minoria, mas sim são universais, são de todos que direta ou indiretamente lutam para que tais direitos fossem garantidos e mantidos, isso se dá através das relações sociais entre os sujeitos que lutam por igualdades.

O PRONERA é exemplo dessa mudança de concepção acerca da educação a ser ofertada aos povos do campo, associando-se às instituições, aos movimentos e organizações e a educadores que concebem o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses realizam a luta pela terra e pelas demais políticas públicas. Assim, se contrapõe à segunda visão que se pauta no produtivismo e vê o campo apenas como lugar da produção de mercadorias e não como espaço em que se produz vida. (FERNANDES, 2009).

O PRONERA é uma resposta do Estado às várias reivindicações dos trabalhadores do campo pelo direito à educação que historicamente lhes foi negado (ROCHA, 2011). Este programa é uma conquista dos movimentos sociais que visam à melhoria na qualidade e na formação daqueles que vivem nas áreas de Reforma Agrária, contudo o PRONERA enfrenta grandes entraves, para a realização de suas atividades, pois o lado burocrático do sistema sempre coloca entraves na tentativa de fazer parar algo que é um direito, tendo em vista que a educação é para todos, mas para muitos esses todos não merece ou simplesmente não tem a necessidade de uma educação, pois quanto mais instruídos a classe dos trabalhadores estiverem mais eles vão reivindicar seus direitos, mas eles vão em busca de garantir e legitimar as coisas que são roubadas deles inclusive o direito a educação.

Assim, esse programa vem instituir-se no campo das políticas públicas, mostrando que é possível oferecer uma educação de qualidade, não de forma isolada e tão pouco para sujeitos inexistentes, mas de uma forma conjunta e para sujeitos concretos.

### **2.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**

Segundo o BNB o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Ele é uma política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros, financiado pelo Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa política pública é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Mas é de suma importância salientar que existe uma clientela de famílias rurais descapitalizadas devido a não alfabetização, a falta de qualificação. Como consequências dessas carências, são gerados indicadores que expressam: a incapacidade de comercialização, a baixa escala de produção, falta de agregação de valor à produção, diversificação excessiva, a existência de tecnologias incompatíveis, pouca disponibilidade de formação e informação, as relações desfavoráveis e a inexistência de políticas agrícolas.

O acesso ao PRONAF inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

### **3. CAPÍTULO III - O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC**

Na primeira década do século XXI no Brasil, definiram-se predominantemente concepções e práticas vigentes na década de 1990, como as parcerias público/privado que ampliam a dualidade estrutural da educação, especialmente no âmbito da educação profissional técnica e tecnológica (FRIGOTTO, 2010).

Diante do processo de expansão da Rede Federal de Educação, Profissional e Tecnológica e pela defesa de que os processos de formação para o mundo do trabalho estejam visceralmente ligados a inserção no mundo do trabalho e à elevação de escolaridade é instituído em 26 de outubro de 2011 por meio da Lei nº 12.513 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Parágrafo único. São objetivos do Pronatec:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Art. 2º O Pronatec atenderá prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

§ 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores”.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado por iniciativa do Ministério da Educação, conforme supracitada Lei, para oferecer cursos técnicos e de formação inicial e continuada para públicos que se encontram em situação de vulnerabilidade social atuando em consonância com os arranjos produtivos locais e com os projetos de desenvolvimento econômico, social e político no seu local de execução.

Participam do programa as instituições ofertantes que são responsáveis por ministrar os cursos técnicos e de formação inicial e continuada – e os demandantes - responsáveis por selecionar e encaminhar os alunos as instituições ofertantes.

As instituições ofertantes são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF's e os Serviços Nacionais de Aprendizagem – Senai, Senar, e Senac. Entre os parceiros demandantes, estão Ministério de Pesca e Agricultura, Ministério de Desenvolvimento

Agrário, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Turismo, Ministério da Defesa, Ministério do Trabalho e as Secretarias Estaduais de Educação.

Em abril de 2011 foi lançado pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad e pela Presidente Dilma Rouseff, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) com o objetivo principal de “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e intensificar o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país” (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011) mediante a criação de Bolsas e de Financiamento Estudantil (FIES) Técnico, de acordo com o endereço eletrônico do MEC.

Criado no dia 26 de Outubro de 2011, com a sanção da Lei nº 12.513/2011 pela Presidenta Dilma Rouseff, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), de acordo com o MEC (2012), tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público, por meio da Educação Profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional. Após a sanção da Lei nº 12.513/2011, o MEC lançou uma série de decretos, portarias e resoluções para regulamentar as ações do PRONATEC.

O PRONATEC prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que, juntos, deverão ofertar oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos.

Em conformidade ao previsto na Lei nº 12.513/2011, Artigo 2º, o PRONATEC atenderá prioritariamente os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; os trabalhadores; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda e os estudantes que tenham cursado o ensino médio.

O PRONATEC é um programa que implica um conjunto de ações visando ao atendimento do jovem, de um lado, e do trabalhador, do outro. Como destacou a presidenta Dilma em entrevista ao programa Café com a Presidenta concedida em maio de 2011 “[...] para quem já está no mercado de trabalho, vamos oferecer cursos de formação e qualificação profissional, e para o estudante do ensino médio, vamos oferecer cursos de formação profissionalizante”. Justificando, assim, as ações em destaque no Artigo 4º da Lei nº 12.513/2011:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional; III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem; IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades: a) Bolsa-Formação Estudante; e b) Bolsa-Formação Trabalhador; V - financiamento da educação profissional e tecnológica; VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância; VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa; VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego (MEC, 2011).

Na Lei nº 12.513/2011, Artigo 5º, consta que o PRONATEC considera modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, e de educação profissional técnica, os cursos de nível médio,



observando que os cursos FIC estão relacionados no Guia de Cursos PRONATEC FIC, elaborado pelo Ministério da Educação, e os cursos de educação profissional técnica de nível médio deverão submeter-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação.

Soares *et al* (2012, p. 98), ao tratar o PRONATEC como uma consolidação do direito à educação profissional e tecnológica, destaca que, diante do propalado apagão da mão de obra qualificada provocado pelo crescimento econômico do país, o qual demanda profissionais capacitados para postos de trabalho mais complexos, o PRONATEC constitui-se em oito ações que pretendem promover o direito à Educação Profissional a um número significativo de brasileiros.

Os mesmos autores resgatam a informação do censo de 2010 que revelou que o Brasil possui um bônus populacional de 34 milhões de pessoas em idade de ingresso no mercado de trabalho. Segundo sua interpretação, o aproveitamento dessa janela demográfica proporcionaria o dinamismo e o crescimento econômico, se essas pessoas fossem preparadas em termos educacionais e, dessa forma, qualificadas para o trabalho. Os autores salientam que o forte investimento na qualificação profissional em todas as áreas faz parte do esforço emergencial do Brasil em promover a continuidade do crescimento econômico.

A presidente Dilma durante discurso destacou uma das ações do PRONATEC:

[...] O PRONATEC vai beneficiar milhões e milhões de brasileiros. O Pronatec é um projeto extremamente ousado para garantir que o ensino médio brasileiro não seja um ensino desfocado da realidade que nós vivemos. Mas o Pronatec é aquele programa de ensino médio que introduz na educação brasileira um momento decisivo, que é a formação técnica profissional. E vai significar para o Brasil um grande aumento de produtividade, uma imensa capacidade de melhorar a qualidade dos nossos empregos e, sobretudo, de assegurar para o Brasil um padrão de desenvolvimento e de integração social, no qual a educação cumpre um dos papéis mais relevantes para que os nossos trabalhadores sejam, de fato, aqueles beneficiados com o fruto do desenvolvimento e, portanto, tenham salários cada vez mais adequados (ROUSSEFF, 2011).

De acordo com as fontes consultadas, as ações do PRONATEC visam a atingir a crise de sentido do ensino médio, evidenciada pelos altos índices de evasão e reprovação, oportunizando cursos técnicos nas 562 unidades da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Anuncia-se que a diversificada realidade brasileira de necessidades e oportunidades exige um programa que abranja toda essa complexidade. Nessa direção, outra frente das ações do PRONATEC é a oferta de cursos de formação inicial e continuada do trabalhador beneficiado com programas de transferência de renda do governo (bolsa-família) ou beneficiário do seguro desemprego (SOARES, 2012).

Uma das frentes do PRONATEC é o Pronatec Campo, voltado para a educação no campo. A ideia é realizar a qualificação de pequenos agricultores e famílias da zona rural com o objetivo de integrá-los e qualificá-los para o mundo do trabalho e vem sendo considerado um importante programa para a comunidade rural.

Passados os dez primeiros anos do século XXI e, ao iniciar o ano seguinte, milhões de brasileiros testemunharam as declarações do governo federal que “pretende aumentar o investimento público no ensino médio e estender a experiência do PROUNI para o ensino médio profissionalizante” (SÃO PAULO, 2011), conforme o discurso de posse da Presidente eleita Dilma Rousseff no Congresso Nacional<sup>1</sup>.

As declarações iniciais não indicam que se possa superestimar ingenuamente o discurso, na certeza de realização de uma futura reforma educacional que assegure mudanças estruturais na educação básica e, nem tampouco, desconsiderá-lo, pela perspectiva de continuidade que o novo governo traz em relação ao do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

### **3.1. Os sub-programas**

O Pronatec envolve quatro programas subsidiários para os diversos tipos de públicos-alvo. São eles:

- **Bolsa-Formação**  
Busca expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores. Além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o Pronatec criou a Bolsa-Formação, por meio da qual serão oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para grupos sociais de diferentes perfis. ("grupos sociais" é demanda atendida pelo bolsa-formação. Ex: alunos do ensino médio, trabalhadores rurais, beneficiário do bolsa família, presidiários e etc)
- **FIES Técnico e Empresa**  
Provê linha de crédito para facilitar o acesso de estudantes e trabalhadores empregados ao Ensino Técnico e Profissional. O FIES Técnico tem como objetivo financiar cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR. No FIES Empresa serão financiados cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, inclusive no local de trabalho.
- **Programa Brasil Profissionalizado**  
Amplia a oferta do ensino técnico de nível médio pelos sistemas estaduais de ensino, assim como, destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal.
- **Rede e-TecBrasil**  
Na Rede e-Tec Brasil são oferecidos gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância. Poderão oferecer cursos a distância as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); e instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino, contudo, a Rede e-Tec Brasil amplia e democratiza a oferta e o acesso à educação profissional e tecnológica na modalidade a distância em pólos vinculados às unidades de ensino de educação profissional do sistema federal e estaduais.

### 3.2. Público-alvo

São prioridades para o Pronatec:

- estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- trabalhadores;
- beneficiários dos programas federais de transferência de renda como o Bolsa-Família; e
- estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

A partir de então fica sob a responsabilidade da Rede Federal de Educação como mantenedora do Programa expandir esta oferta. A proposta é levar educação técnica aos locais nunca antes assistidos e locais onde por meio da oferta regular dos Institutos jamais seriam contemplados.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todos os estados do Brasil, com mais de 450 unidades em funcionamento, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação, assim como:

- Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem  
O Acordo de Gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.
- Pronacampo – Programa Nacional de Educação do Campo  
O Programa Nacional de Educação do Campo tem o objetivo atender escolas rurais e quilombolas com ações em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas; formação de professores; educação de jovens e adultos; e educação profissional e tecnológica.

A ideia é formar agricultores em universidades e em cursos técnicos para que apliquem os conhecimentos adquiridos em ações que elevam a produtividade nas pequenas propriedades e garantam a distribuição de renda. O programa atenderá escolas rurais e quilombolas.

O Pronacampo trabalha a educação contextualizada, ou seja, promovendo a interação entre conhecimento científico e os saberes das comunidades.

“Nós estamos apostando que uma nova geração vai se beneficiar de tudo que fazemos nesta, mudando a feição do campo brasileiro e garantindo que ele será um lugar digno e de qualidade para se morar e se criar os filhos”, afirmou Dilma.

De acordo com o ministro, o Brasil é um grande produtor de alimentos, mas tem uma dívida com as populações camponesas. “Nós temos, aproximadamente, 30 milhões de pessoas que vivem no campo, o Brasil é a segunda maior agricultura do mundo, produz 300 bilhões de dólares e exporta quase 95 bilhões de dólares, no entanto nós não temos uma política específica de educação para a população que vive no campo brasileiro”, disse Mercante.

No Brasil existem 76 mil escolas rurais, com mais de 6,2 milhões de matrículas e 342 mil professores. O Pronacampo vai estabelecer um conjunto de ações articuladas que atenderá escolas do campo e quilombolas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica.

No Acre está sendo inserido no meio rural a Bolsa Formação, atuando em consonância com os propósitos do Pronatec e do Pronacampo.

- **Pronatec Campo**

Tem como objetivo promover a inclusão social de jovens e trabalhadores do campo por meio da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da oferta de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores de acordo com os arranjos produtivos rurais de cada região. Por meio da interface com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, o PRONATEC CAMPO promoverá o acesso à educação profissional e tecnológica aos jovens e trabalhadores do campo e quilombolas, disponibilizando vagas nos cursos de formação inicial e continuada (FIC) e no Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec). O Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA é o demandante desta ação e Institutos Federais, escolas vinculadas às Universidades federais, CEFET e redes estaduais são instituições ofertantes.

### **3.3. Forma de Execução dos Cursos Regulares e dos Programas no IFAC**

O Instituto Federal tem o perfil de atuar em diversas modalidades de ensino, tais ofertas estão intrínsecas no compromisso de cada instituto federal, cumprindo a legislação vigente referente as ofertas de ensino na rede federal de educação. Como estabelece a lei, todos os institutos atuam com cursos de formação inicial e continuada, formação técnica integrada ao ensino médio, subsequente, superior, pós graduação lato sensu e strictu sensu e todos os programas e especiais de ensino determinados pelo ministério da educação.

O programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego – PRONATEC possibilita a oferta de duas modalidades de ensino, o bolsa formação estudante e o bolsa formação trabalhador, ou seja, pode ser ofertado por meio do programa cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos. Ainda neste sentido, em concomitância com a lei que cria o PRONATEC são estabelecidas suas regras de execução. As normas e regras são determinadas pela secretaria de educação profissional e tecnológica SETEC que estabeleceu algumas exigências mínimas para execução da oferta destes cursos, tais como: carga horária mínima de 200 (duzentas) horas para os cursos de formação inicial e continuada, perfil condizente com a demanda, seguindo sempre o guia nacional dos cursos FIC, assim como, carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas para os cursos técnico, orientados através do catálogo nacional dos cursos técnicos, ambos do ministério da educação – MEC.

É de inteira responsabilidade do instituto “desenhar” os moldes desta oferta, elaborar sua matriz curricular, que estabelece suas ações formativas necessárias e fundamentais para qualificação profissional, estabelecer todos os critérios de seleção dos profissionais envolvidos, instituir estratégias de acompanhamento da oferta, criar instrumentos de avaliação e estabelecer normas que considere pertinente a execução das ofertas.

#### 4. CAPÍTULO IV – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA: O ESTADO DO ACRE E O INSTITUTO FEDERAL DO ACRE - IFAC

Neste capítulo realizamos a contextualização de onde a pesquisa foi realizada, bem como os recursos metodológicos utilizados com o propósito de como se deu a implantação do PRONATEC no Vale do Juruá, no Estado do Acre.

##### 4.1. O Estado do Acre

A ocupação do território do Acre inicia-se por volta de 1878, com a chegada de brasileiros, a maioria nordestinos, numa área ainda indefinida quanto aos limites com a Bolívia e o Peru, visando a exploração econômica da borracha. Os brasileiros criam na prática um território independente e exigem sua anexação ao Brasil. Devido à riqueza gerada pelo comércio da borracha, em 1899, a Bolívia ocupa a área, começa a recolher impostos e funda Puerto Alonso (hoje Porto Acre) na tentativa de assegurar o domínio das terras, na época, com o reconhecimento do governo brasileiro.

Os brasileiros se revoltam, e os conflitos só terminam com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17/11/1903. Pelo tratado, o Brasil recebe a posse definitiva da região em troca de áreas no Mato Grosso, do pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e do compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Integrado ao Brasil como território, o Acre é subdividido em: Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Juruá e Tarauacá Envira, conforme quadro 01. Unificado em 1920, elege representantes para o Congresso Nacional, a partir de 1934. Em 15/06/1962, o presidente da república federativa do Brasil João Goulart sanciona lei que eleva o território à categoria de Estado.

**Quadro 1:** Informações sobre as regionais do Estado do Acre

Mesorregiões e regionais	Municípios	Proporção da área (%)
Mesorregião Vale do Acre		47,90
Regional Purus	Manoel Urbano	24,67
	Santa Rosa do Purus	
	Sena Madureira	
Regional Baixo Acre	Acrelândia	13,54
	Bujari	
	Capixaba	
	Plácido de Castro	
	Porto Acre	
	Senador Guiomard	
	Rio Branco	

Regional Alto Acre	Assis Brasil	9,69
	Brasiléia	
	Epitaciolândia	
	Xapuri	
Mesorregião Vale do Juruá		52,10
Regional Juruá	Cruzeiro do Sul	19,51
	Mâncio Lima	
	Marechal Thaumaturgo	
	Porto Walter	
	Rodrigues Alves	
Regional Tarauacá-Envira	Feijó	32,59
	Jordão	
	Tarauacá	

Fonte: IBGE; ZEE/ITERACRE, 2006; elaborado por SEPLAN/DEP.

Nota: De acordo com a nova linha Cunha Gomes - LCG.

### Nova divisão política do Acre

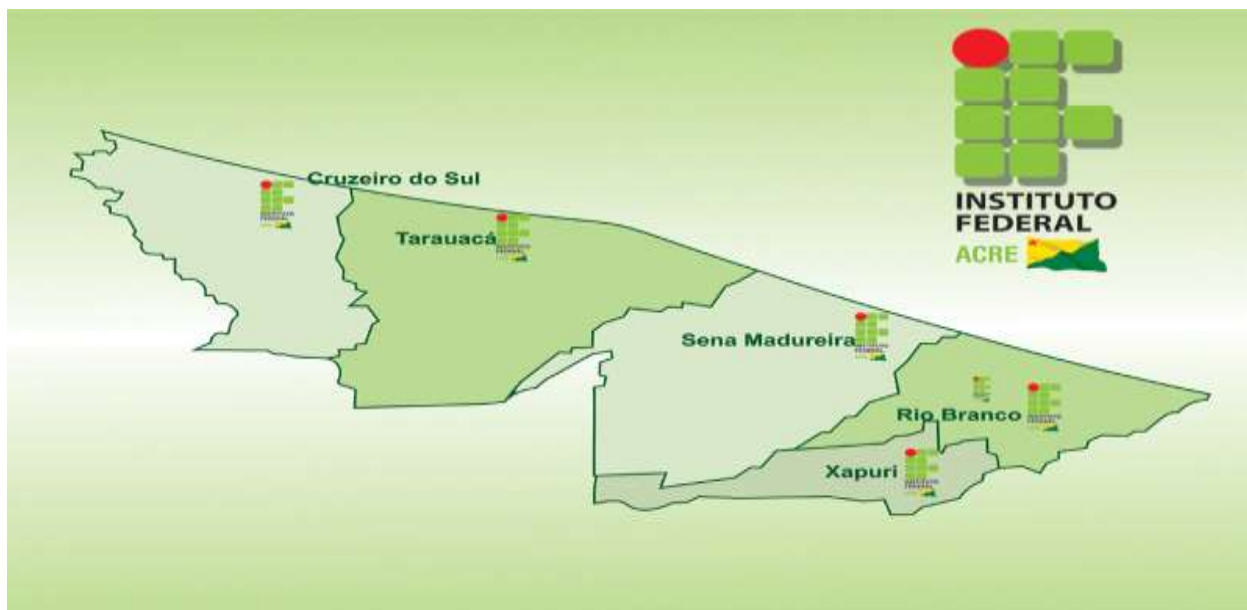


**Figura 1:** Nova divisão política do Acre

Fonte: Site do Governo do Acre ([www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br))

## 4.2. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Acre

E em 2010, fazendo parte do projeto de expansão dos Institutos, é materializado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre com os Câmpus de Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Câmpus Xapuri passando por um processo de expansão criando os Câmpus Baixada do Sol, Câmpus Tarauacá e Câmpus de Educação a Distância, conforme figura 02.



**Figura 2:** Localização dos Câmpus do IFAC

Fonte: Site do IFAC ([www.ifac.edu.br](http://www.ifac.edu.br))

O Instituto nasce “pequeno” com a oferta de poucos cursos, mas com muita vontade de contribuir com o desenvolvimento deste estado. Dentre tantas propostas uma chama a atenção que é a do currículo integrado, já que conforme a Lei 11.892 art. 7º, 50% (cinquenta por cento) das vagas devem ser destinadas à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC tem como finalidade, assim como as outras unidades da rede federal, teria um papel primordial no rompimento com um paradigma antigo que hierarquizava os conhecimentos, e mantinha uma perspectiva das elites para o acesso ao conhecimento.

Os primeiros estudos e direcionamentos para a Instituição foram traçados pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas - Cefet/AM, conforme autorização das portarias nº1065 de 13/11/2007 e nº 1201 de 12/12/2007. O diretor *pro tempore*, José Carlos Nunes de Mello, ficou encarregado de ouvir as demandas apresentadas em pesquisas e conferências organizadas pelo Instituto Dom Moacyr, instituição do Governo do Estado do Acre e um dos resultados foi o que no Estado do Acre a agropecuária desempenha papel fundamental, pois além de gerar emprego e renda, contribui significativamente com a política de segurança alimentar implementada pela União.

Foram utilizados também os resultados do censo de 1995 a 2005 onde se observou que para o ano de 1995 o valor da produção agropecuária a preços de 2005 para Rio Branco, foi de 40 milhões, caso o município fosse eficiente, o valor da produção agropecuária para o ano de 2005, seria de aproximadamente 70 milhões de reais, ou seja, a ineficiência presente na agropecuária de Rio Branco foi da ordem de 42,50%.

Em 2010 o IFAC realiza concurso público e entra em pleno funcionamento com 4 (quatro) Câmpus o de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e o Câmpus Avançado de Xapuri, todos as sedes funcionando em instalações físicas provisórias, cedidas pelos governos municipais e estaduais.

Nestes 4 (quatro) municípios temos 73.921 mil habitantes vivendo na zona rural e 166.068 matriculados no ensino fundamental no Estado que podem vir a ser nossos alunos (IBGE/Censo Demográfico 2010).

O Instituto Federal do Acre é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e

tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Acre é equiparado às universidades federais. Sua estrutura é descentralizada pluricurricular e multicampi.

O Instituto possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao Estado do Acre, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância, legislação específica. Rege-se pelos atos normativos pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral
- III. Resoluções do Conselho Superior; e
- IV. Atos da Reitoria.

#### **4.2.1. Suas características e objetivos**

De acordo o Instituto Federal do Acre, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;
- V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;
- VI. organização administrativa que possibilite aos diversos campi, inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições e formações resultantes do processo de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda de acordo com o Instituto Federal do Acre tem as seguintes finalidades e características:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a



infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Assim, podemos observar que o IFAC tem os seguintes objetivos:

I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI. ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a

educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Podemos perceber que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no §2º do art. 8º da Lei nº. 11.892/2008.

Pode-se concluir que a proposta de criação dos Institutos Federais refere-se a uma formação acadêmica para a preparação no mundo do trabalho e a discussões quanto aos princípios das tecnologias iniciando assim um processo de discussão quanto a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica no Acre.

O homem, perante uma situação, debate-se entre dois extremos. Num deles, controla totalmente os resultados de sua prática. Noutra, desafia ou submete-se a processos nos quais é arrastado por circunstâncias que não controla. No primeiro caso, decide, faz e conhece, de antemão, os objetivos que pode alcançar. No segundo, não decide quanto a nada, só pode apostar no futuro e entregar-se ao destino. É um espectador do mundo que o determina e que não pode alterar. Pode apenas julgar e criticar esta realidade, ou agradecer e lamentar a sua sorte. Mesmo na zona limite deste último caso, porém, a história mostra líderes que desafiam o impossível, nas condições mais adversas.

Nessa última perspectiva teórica, o plano submete-se à máxima prova de sua eficácia. Se não pode ser potente na adversidade e cede ante à improvisação, com muito mais razão esta última o deslocará nas condições favoráveis.

De forma mais abstrata, o planejamento é uma tomada de decisão em relação ao futuro. É projetar-se para o futuro: a oportunidade de o homem, a mulher, os grupos sociais e a sociedade construírem o seu futuro, terem o domínio do seu destino, da sua história.

Na reflexão de Carlos Matus, o planejamento não tem a capacidade de predizer o futuro, mas funciona como um cálculo que precede e preside a ação para criar o futuro. O plano é uma aposta estratégica, não uma aposta no destino.

A sociedade deve fazer esse procedimento, em busca do seu sonho, considerando a totalidade social: o ambiente natural, a visão de mundo, a economia, a ética e a política. E partindo da premissa de uma evolução social constante, um movimento para frente, um desenvolvimento não linear, contraditório, cujo equilíbrio depende da ação racionalizante do Estado para sua sustentação. O planejamento obriga-se a supor, também, o limite de recursos que a sociedade dispõe para assegurar a reprodução social.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem a convicção de que o planejamento é tarefa de quem governa, associado ao protagonismo dos cidadãos para conceber uma visão consensual das políticas de governo e da sociedade sobre os problemas, a estratégia e as soluções de uma determinada situação social, gerando-se uma política pública democrática, participativa e descentralizada, que tenha lastro nos anseios sociais.

#### 4.2.2. Análise da oferta do Instituto no ano de 2013

O quadro 02, abaixo, mostra as ofertas de todas as modalidades de ensino do IFAC, no ano de 2013. A partir dela, podemos enxergar como estar o andamento da oferta dos cursos técnicos integrado ao ensino médio, os programas, os cursos subsequentes e superiores do ifac em 2013.

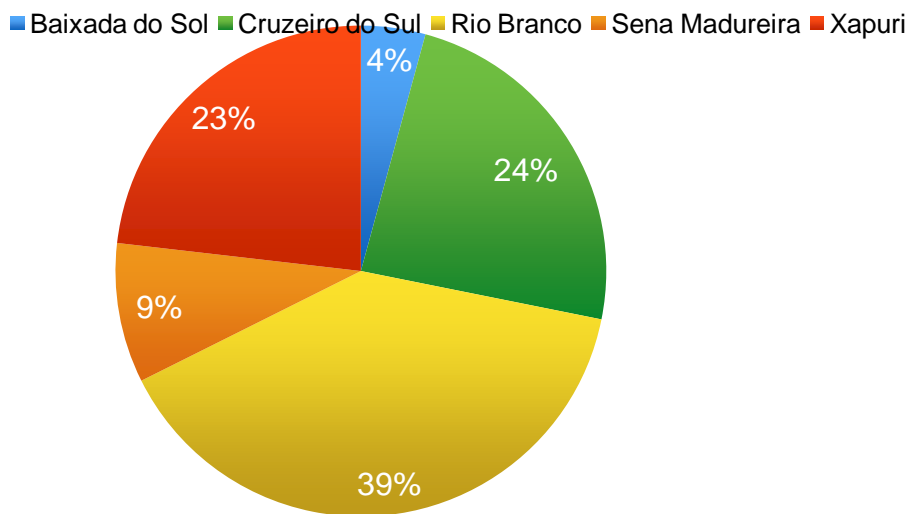
CÂMPUS	2013					
	INGRESSANTES	EVASÕES	CONCLUINTES	EM CURSO	% EVASÃO	% CONCLUINTES
BAIXADA DO SOL	161	62	0	99	38,5	0,0
CRUZEIRO DO SUL	907	251	57	599	27,7	6,3
RIO BRANCO	1.497	613	88	796	40,9	5,9
SENA MADUREIRA	349	150	23	176	43,0	6,6
XAPURI	879	256	131	492	29,1	14,9
<b>TOTAL</b>	<b>3.793</b>	<b>1.332</b>	<b>299</b>	<b>2.162</b>	<b>35,1</b>	<b>7,9</b>

**Quadro 2:** Oferta do IFAC no ano de 2013

Fonte: A autora

De acordo com o quadro acima temos os seguintes percentuais. Segue abaixo gráficos sistematizando os dados acima em percentual.

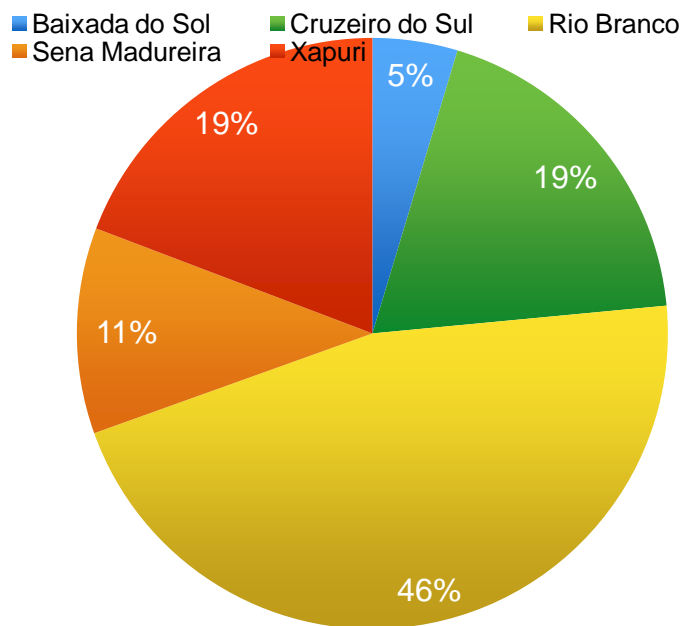
### Ingresso no IFAC 2013



**Gráfico 1:** Ingresso do IFAC no ano de 2013

Fonte: A autora

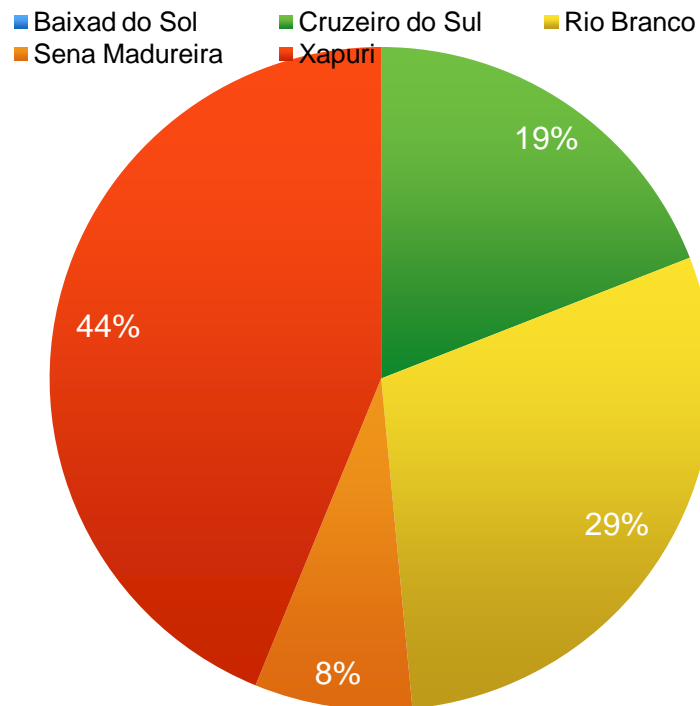
### Evasão 2013



**Gráfico 2:** Evasão

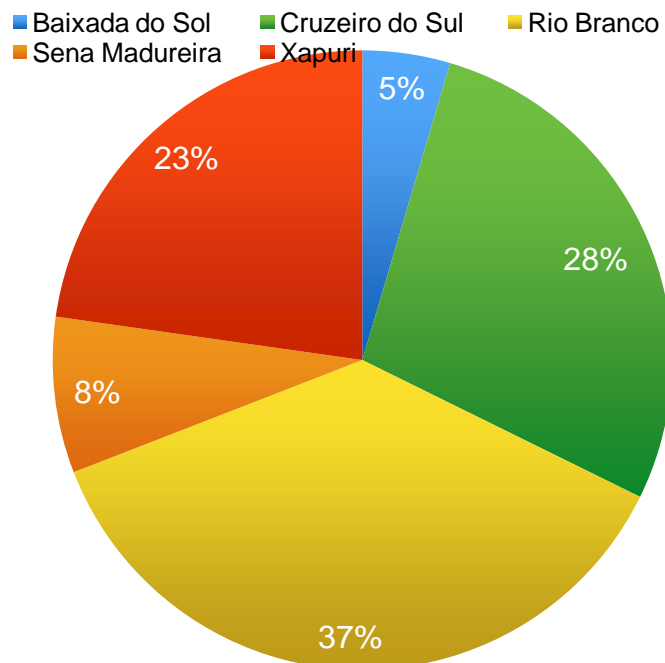
Fonte: A autora

Concluintes 2013



**Gráfico 3:** Concluintes  
Fonte: A autora

Alunos em Curso 2013



**Gráfico 4:** Alunos em Cursos  
Fonte: A autora

## 5. CAPÍTULO V – O TRABALHO DE CAMPO

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade. (Paulo Freire)

Este capítulo trata da contextualização das ações realizadas, assim como, as informações inerentes ao do local da pesquisa, com o objetivo de identificar as transformações ocorridas ao homem do campo diante da oferta do Pronatec Campo, considerando as ações de execução do programa no ano de 2013 no vale do Juruá.

### 5.1. Local da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada Câmpus Cruzeiro do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC no vale do Juruá que é formado pela união de oito municípios agrupados em duas microrregiões.

#### 5.1.1. A Microrregião de Cruzeiro do Sul

Sua área é de 29 187,195 km<sup>2</sup>, equivalente a quase 20% da área do estado. Sua população atual é de 128.338 habitantes.

Está dividida em cinco municípios, **Cruzeiro do Sul** o mais populoso e com o maior PIB da microrregião, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter. Com exceção de Cruzeiro do Sul, os demais municípios apresentam uma população abaixo de vinte mil habitantes, e é nesta microrregião onde se localiza o sexto menos populoso do estado do Acre, Porto Walter, com 9 172 habitantes. Assim como no estado, todos os municípios desta microrregião apresentam médio IDH, sendo também Cruzeiro do Sul o município com maior Índice de Desenvolvimento Humano (0,668), que também é o nono maior do estado, segundo dados divulgados em 2000 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Segundo o censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, sua população total é de 131 505 habitantes.

#### 5.1.2. Microrregião de Tarauacá

Sua população atual é de 74.579 habitantes segundo dados do IBGE/2010. É formada por 3 municípios, Tarauacá, Feijó e Jordão, sendo o maior deles Tarauacá, que possui laços econômicos estreitos com a cidade de Feijó, no qual distante apenas 45 km.

A microrregião de Cruzeiro do Sul, juntamente com a Microrregião de Tarauacá formam uma região denominada *Vale do Juruá*, também conhecida por *Alto Juruá*.

### 5.2. Público Alvo

O alvo da pesquisa foram os alunos das turmas de formação inicial e continuada da oferta do Pronatec Campo da zona rural tanto de Cruzeiro do Sul como de suas Unidades remotas. Estes cursos são coordenados pelo Câmpus do IFAC em Cruzeiro do Sul que atua gerenciando toda a oferta de execução da bolsa formação aos trabalhadores rurais do Vale do Juruá.

### **5.3. Estrutura da Equipe Local**

A estrutura atual de execução do bolsa - formação do Instituto Federal do Acre está organizada da seguinte forma:

Reitoria:

- Coordenador Geral;
- Coordenadores Adjuntos;

Câmpus:

- Coordenador Adjunto;
- Supervisor de curso;
- Orientador Pedagógico;
- Apoios pedagógico e administrativo.

Cabe a Coordenação Geral do Pronatec no IFAC

- organizar, elaborar e difundir aos Câmpus toda e qualquer orientação quanto à execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC em suas unidades.
- Produzir o material didático;
  - Adquirir os insumos necessários para a oferta e andamento do curso;
- Realizar processo de seleção simplificado para docentes e para administrativos;
- Aplicar os créditos orçamentários descentralizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE exclusivamente na oferta da Bolsa-Formação;

Desta forma, tanto a Coordenação Geral quanto os Câmpus possuem atribuições que são regidas e orientadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, fundindo-se com as normas internas de execução do programa.

Fica ainda sob a responsabilidade da equipe da Coordenação Geral difundir estas orientações a todos os seus Câmpus. A norma estabelecida pela Instituição no ano de 2013 foi a mesma tanto para a oferta do Pronatec no meio urbano quanto para o meio rural.

Fica sob a responsabilidade dos Câmpus:

- Executar a oferta;
- Solicitar os pagamentos das bolsas;
- Monitorar o andamento das aulas;
- Realizar planejamento pedagógico;
- Acompanhar o acesso, permanência e o êxito do egresso;
- Gerenciar e alimentar o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC;
- Realizar todas as articulações locais junto aos demandantes;
- Certificar todos os alunos.

Cada Câmpus fica responsável pela metodologia de acompanhamento da oferta desde o ingresso até o acompanhamento do egresso no mundo do trabalho.

### **5.4. Resultados e Discussões do Trabalho de Campo**

Neste momento será abordada a análise de minha pesquisa quanto às mudanças ocorridas ao homem do campo após a qualificação profissional por meio do curso de formação inicial e continuada do Pronatec.

A pesquisa ocorreu durante a execução das aulas do Pronatec Campo durante os finais de semana do município de Cruzeiro do Sul e em suas unidades remotas. Todos estes cursos

possuem um uma carga horária de 200 (duzentas) horas e são ministrados aos finais de semana.

Contudo temos, de acordo com o quadro 03:

Entidade demandante	Ministério do Desenvolvimento Agrário no Acre.
Entidade ofertante	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.
Parceiro	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF.
Colaboradores	Associações, Cooperativas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Prefeituras.
Modalidade de Cursos	Formação Inicial e Continuada – FIC.
Carga Horária de Cada Curso	200 horas.

**Quadro 3:** Estrutura e demandantes de um curso PRONATEC CAMPO

Fonte: A autora

Os meios utilizados para abordar esta pesquisa foram divididos em **5 etapas**:

**1º Etapa** – Análise dos documentos internos referentes ao Pronatec do Câmpus Cruzeiro do Sul.

**2º Etapa** – Análise de dados do IBGE, SEAPROF, SEMA, ZEE e Infraero.

**3º Etapa** – Aplicação de questionários aos discentes.

**4º Etapa** – Coleta de depoimentos dos discentes.

**5º Etapa** – Participação das reuniões de articulação para a oferta de 2014.

### **5.5. 1º Etapa - Análise dos documentos internos referentes ao Pronatec do Câmpus Cruzeiro do Sul**

Visando buscar entendimento sobre a formatação de execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo no vale do Juruá, e tendo o entendimento de que todo e qualquer programa gerenciado pelo governo federal estabelece suas regras de execução, iniciei minha busca pelos documentos que estavam disponíveis na instituição. O contato inicial foi com o Diretor Geral do Câmpus que de pronto informou a Coordenação Adjunta para que disponibilizasse as devidas informações por nós solicitadas.

A partir deste momento iniciei minha pesquisa nas leis, resoluções e regimentos internos do IFAC e do Câmpus Cruzeiro do Sul quanto a execução do Pronatec no Campo.

Foram analisados vários documentos, muito embora todas as leis, decretos, resoluções e portarias referentes ao Pronatec foram instituídas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC junto ao Ministério da Educação. Neste período foi constatado que não há regimento interno por parte da instituição quanto à execução da bolsa formação.

As leis, resoluções, portarias e decretos analisados destacam a inconstância no processo de normatização da bolsa formação ocasionando um fluxo contínuo de alterações nas normas.

O IFAC iniciou sua oferta da bolsa formação no ano de 2012. Conforme quadro 04, abaixo.



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC  
Pronatec 2012

Campus	Cidade/ Unidade Remota	CURSO	CARGA HORÁRIA	DEMANDA NTE	PERÍODO		VAG AS
					INICIO	TÉRMINO	
Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul	Agricultor Familiar	200	CRAS	08/10/2012	19/09/2012	0
		Aquicultor	200	SEE	16/07/2012	28/09/2012	0
		Auxiliar Técnico em Agropecuária	200	SEE	16/07/2012	28/09/2012	0
		Operador de Computador	200	SEE	16/07/2012	28/09/2012	0
		Monitor Ambiental	200	SEE	03/10/2012	14/12/2012	0
	Mâncio Lima	Operador de Computador	200	SEE	03/10/2012	14/12/2012	0
	Rodrigues Alves	Auxiliar Técnico em Agropecuária	200	SEE	03/10/2012	14/12/2012	0
	<b>Total</b>		<b>1400</b>				<b>20</b>

**Quadro 4:** Oferta do Pronatec em 2012 no vale do Juruá  
Fonte: A autora

O quadro 04 apresenta a oferta pactuada, os cursos, os demandantes, as unidades de oferta e o período de execução. Vale ressaltar que todos estes cursos são norteados pelo Guia Pronatec de Cursos FIC. O Guia Pronatec de Cursos FIC foi elaborado pelo Ministério da Educação para direcionar a oferta dos cursos do Pronatec/Bolsa-Formação e vem sendo atualizado periodicamente, com o intuito de consolidar as políticas públicas que objetivam aproximar o mundo do trabalho do universo da educação.

Já está em sua 3ª edição, e nesta foram incluídos 140 novos cursos, totalizando 644 opções diferentes cursos de formação inicial e continuada, distribuídos em 13 eixos tecnológicos.

Segundo a Lei nº 11.741/2008, os Eixos Tecnológicos são caracterizados como "grandes agrupamentos de práxis, de aplicações científicas à atividade humana: tecnologias simbólicas, organizacionais e físicas. Um eixo tecnológico teria um núcleo politécnico comum, fundamentando-se nas mesmas ciências, utilizando métodos semelhantes e tornando o processo educativo mais sintonizado" (Portal MEC - 21/08/2013).

Na caracterização dos Eixos, merece destaque o conceito de politecnicidade como fio condutor da nova forma de organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A noção de politecnicidade está relacionada "ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Supõe-se que,

dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência." (Saviani, 2003).

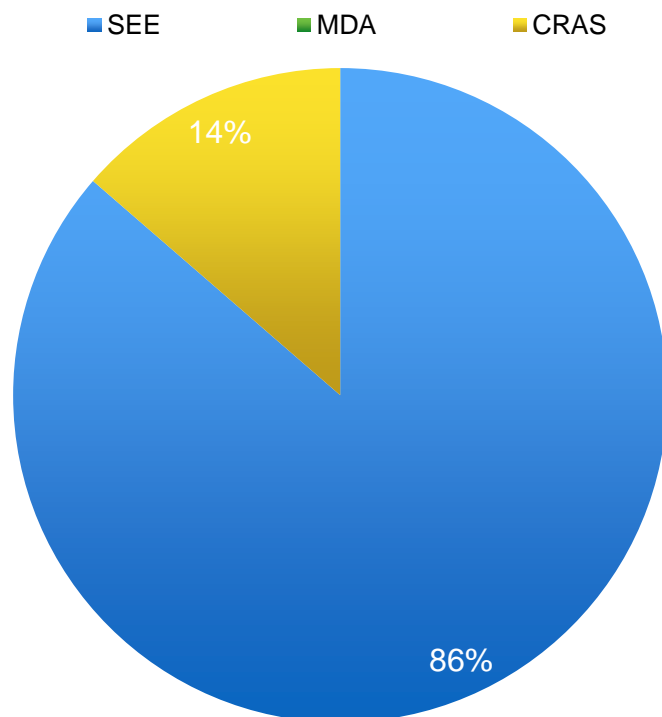
A referência à politecnia explicita a intenção de romper com um modelo de educação profissional que dê ênfase à atividade produtiva e, portanto, aos processos de ensino e de aprendizagem centrados no simples fazer, ou nas técnicas específicas de um processo produtivo.

Na lógica de organização da educação profissional por eixos tecnológicos, a ênfase nos processos de ensino e de aprendizagem passa a recair sobre a tecnologia, entendida como intervenção ou transformação humana da realidade, a partir da apropriação, pelo trabalhador, dos princípios científicos que estão na base da produção.

A concentração, em um mesmo eixo, de práxis diferenciadas - as matrizes tecnológicas que possuem um ponto comum de convergência que as articulam e lhes dão identidade - implica uma retomada do conceito de interdisciplinaridade como princípio orientador da práxis educativa. Isso se evidencia porque a articulação dos diferentes segmentos de ação do eixo passa a supor práticas que envolvam participação interativa, cooperação, questionamentos de olhares diferentes sobre determinado objeto/problemática comum.

Assim, no ano de 2012 foram abordados cursos em dois eixos tecnológicos:

- Recursos Naturais, que compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, agrícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social. Integra a organização curricular destes cursos: ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.
  - Informação e comunicação, compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações. Especificação de componentes ou equipamentos, suporte técnico, procedimentos de instalação e configuração, realização de testes e medições, utilização de protocolos e arquitetura de redes, identificação de meios físicos e padrões de comunicação e, sobretudo, a necessidade de constante atualização tecnológica constituem, de forma comum, as características deste eixo. O desenvolvimento de sistemas informatizados, desde a especificação de requisitos até os testes de implantação, bem como as tecnologias de comutação, transmissão, recepção de dados, podem constituir-se em especificidades deste eixo. Ressalte-se que a organização curricular destes cursos contempla estudos sobre ética, raciocínio lógico, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, formando profissionais que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade
- Percentual de Vagas por demandante em 2012



**Gráfico 5:** Vagas do Pronatec, por demandante no ano de 2012

Fonte: A autora

O gráfico 05 mostra que não ocorreu nenhuma oferta ao homem do campo no ano de 2012. De acordo com o gráfico mais de 80% da oferta dos cursos de formação inicial e continuada foram destinadas a atender a demanda da Secretaria de Estado de Educação. Segundo análise o Pronatec neste período estava em fase de implementação e criação de uma identidade no Estado.

Em uma investigação mais profunda quanto ao motivo da não oferta neste período constatamos que as leis pré estabelecidas pela SETEC não oportunizavam tal oferta, uma vez que, o organograma de execução da bolsa-formação é compartilhado entre a instituição ofertante e os parceiros demandantes, norma estabelecida no Manual de Gestão da Bolsa-Formação publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

Ainda neste sentido, nos reportamos a resolução nº 4 de 16 de março de 2012, resolução esta que serviu de base legal no período de pactuação da oferta supracitada junto ao MEC, onde não havia um demandante específico que pudesse desencadear a oferta ao homem do campo.

De acordo com relatos do diretor geral e do coordenador adjunto do Pronatec no Câmpus Cruzeiro do Sul, vários pescadores, agricultores, seringueiros procuram ao IFAC, representados por seus líderes, presidentes de bairros, presidentes de sindicatos rurais e extencionistas rurais em busca de formação técnica. A partir desta demanda a equipe local entrou em contato com a coordenação geral a fim de buscar uma solução para atender esta demanda em específico.

Vale ressaltar que de acordo com a quadro 01 apenas 03 (três) dos 05(cinco) municípios que compõe o vale do juruá foram contemplados com a oferta.

E somente no final do ano de 2012 o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA aderiu à bolsa-formação. A partir de então o IFAC através da coordenação geral do Pronatec procurou o representante legal do Ministério de Desenvolvimento Agrário no Acre com o objetivo de firmar parcerias e iniciar a oferta dos cursos de formação inicial e continuada aos trabalhadores, trabalhadoras e filhos de agricultores rurais.

Assim, o IFAC realizou sua primeira pactuação de oferta de cursos de formação inicial e continuada – FIC atendendo a demanda direta da zona rural do Vale do Juruá com execução no ano de 2013.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC  
Pronatec 2013

Bloco de Oferta	Cidade / Unidade Remota	Curso	Carga Horária	Vagas a Serem Ofertadas	Demandante
1º Bloco 01/04/2013 à 07/06/2013	Cruzeiro do Sul	Aconselhador em Dependência Química	240	40	SEE
		Agricultor Familiar	200	30	MDA
		Auxiliar Administrativo	200	30	SEE
		Recepcionista	200	30	SEE
2º Bloco 24/06/2013 à 30/08/2013		Horticultor Orgânico	200	30	CRAS
		Operador de Computador	200	30	SEE
		Operador de Computador	200	20	ISE
		Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	200	30	MDA
3º Bloco 16/09/2013 à 22/11/2013		Auxiliar Administrativo			SEE
		Preparador de Pescado	200	30	MDA
		Operador de Computador	200	30	SEE
		Piscicultor	200	30	MDA
	TOTAL POR MUNICÍPIO		2240	330	
1º Bloco 01/04/2013 à 07/06/2013	Mâncio Lima	Operador de Computador	200	25	SEE
2º Bloco 24/06/2013 à 30/08/2013		Agricultor Familiar	200	30	CRAS
Auxilia Administrativo		200	30	SEE	
3º Bloco 16/09/2013 à 22/11/2013		Piscicultor	200	30	MDA

	TOTAL POR MUNICÍPIO			115	
1º Bloco 01/04/2013 à 07/06/2013	Rodrigues Alves	Operador de Computador	200	25	SEE
2º Bloco 24/06/2013 à 30/08/2013		Piscicultor	200	30	MDA
3º Bloco 16/09/2013 à 22/11/2013		Agricultor Familiar	200	30	CRAS
	TOTAL POR MUNICÍPIO			85	
1º Bloco 01/04/2013 à 07/06/2013	Tarauacá	Auxiliar Administrativo	200	30	SEE
1º Bloco 01/04/2013 à 07/06/2013		Operador de Computador	200	25	SEE
2º Bloco 24/06/2013 à 30/08/2013		Agricultor Familiar	200	30	MDA
3º Bloco 16/09/2013 à 22/11/2013		Auxiliar Administrativo	200	30	CRAS
	TOTAL POR MUNICÍPIO			115	
1º Bloco 01/04/2013 à 07/06/2013	Feijó	Auxiliar Administrativo	200	30	SEE
2º Bloco 24/06/2013 à 30/08/2013		Agricultor Familiar	200	30	MDA
3º Bloco 16/09/2013 à 22/11/2013		Operador de Computador	200	25	SEE
3º Bloco 16/09/2013 à 22/11/2013		Auxiliar Administrativo	200	30	CRAS
	TOTAL POR MUNICÍPIO			115	
		<b>TOTAL</b>	<b>373</b>	<b>760</b>	

**Quadro 5:** Oferta do Pronatec no Vale do Juruá em 2013

Fonte: A autora

No ano de 2013 o IFAC iniciou sua oferta no Campo (conforme quadro 05). O processo de implantação desta oferta no Campo se deu pelo envolvimento de vários segmentos sociais que em articulação com o IFAC propiciaram a oferta. A partir do primeiro diálogo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, no Acre representado pela delegacia do MDA deu-se início ao planejamento para execução do Pronatec no Campo. Esse planejamento aconteceu na cidade de Rio Branco a Capital do Acre onde fica sediada a coordenação geral do Pronatec no IFAC. Após vários diálogos entre IFAC e MDA no mês de maio de 2013 iniciaram as ações para ofertar os cursos de formação inicial e continuada – FIC da bolsa-formação aos trabalhadores rurais no Vale do Juruá.

Equipe do IFAC e MDA visitou todos os municípios dialogando com as gerências da SEAPROF (possui unidades em todos os municípios), sindicatos, cooperativas e associações de trabalhadores rurais. As informações colhidas também foram cruzadas com o Plano de Desenvolvimento do Estado, auxiliando na definição dos cursos.

MDA, IFAC e SEAPROF definem as comunidades que seriam atendidas conforme a demanda e organização dos grupos.

Torna-se público o edital para que os trabalhadores se inscrevam (nas gerências da SEAPROF). O MDA realiza sorteio público e coloca os dados dos selecionados no Sistec como pré-matrículas.

Os selecionados confirmam os dados com o IFAC que efetua as matrículas dos alunos no Sistec.

O IFAC também lança edital público para contratação de profissionais (professores e pessoal de apoio) para os cursos que serão ofertados. As inscrições e seleções são realizadas nos municípios sob a responsabilidade de Coordenadores Adjuntos do PRONATEC em todas as regionais onde a instituição têm Câmpus.

Realizado todo este processo dar-se-a início da oferta foram surgindo as complexidades referentes a execução da oferta.

O clima do Acre é quente e úmido com duas estações apenas, seca e chuvosa. A estação seca estende-se de junho a outubro e é comum ocorrer “friagens”, fenômeno efêmero, porém muito comum em nossa região. A estação chuvosa é caracterizada por chuvas constantes, que prolongam-se de novembro a maio. E no planejamento realizado por ambas as instituições o propósito foi de ofertar os cursos, muito embora não foi levado em consideração o art 1. § 4º da resolução nº 4 de 16 de março de 2012 que estabelece que os cursos de educação profissional ofertados no âmbito da Bolsa-Formação devem ser adequados às necessidades dos estudantes.

Os alunos, em sua grande maioria, acima de 30 anos de idade já haviam concluído o antigo primário, expressaram suas dificuldade em acompanhar o curso e em se deslocar de sua comunidade para o local de realização das aulas. A distância mínima percorrida por eles era de 2km e neste período chuvoso essa logística se tornava ainda mais difícil. Em alguns casos chegavam a caminhar por 4(quatro) horas até o local de execução das aulas.

Ou seja, quase todos os cursos do Pronatec-Campo acontecem nas comunidades rurais, em escolas e/ou associações e cooperativas. Agentes da Seaprof e dos municípios muitas vezes auxiliam no traslado das equipes. Os alunos recebem material básico (caderno, lápis, caneta e camiseta) e bolsas-formação para auxílio com o transporte e alimentação. As bolsas são fornecidas pelo IFAC mediante confirmação de presença. Os alunos recebem com a periodicidade média de quinzenas através do CPF no Banco do Brasil do município. Em municípios onde não tem Banco do Brasil os alunos podem abrir contas simplificadas na Caixa Econômica Federal.

As aulas acontecem em dias e horários que não comprometem as atividades produtivas das comunidades. Geralmente os cursos acontecem de forma intensiva nos fins de semana (sexta – a noite, sábado o dia inteiro e domingo pela manhã). As aulas práticas acontecem na

articulação com os arranjos produtivos locais. Os próprios alunos também se organizam para se alojarem nos locais dos cursos durante o período de aulas. A maioria dos professores também se alojam e se alimentam nas comunidades.

Todos os cursos oferecidos pelo IFAC pelo Pronatec possuem 40 horas a mais do que o mínimo solicitado no catálogo nacional. A diferença é a inserção de disciplinas como “Mundo do trabalho, empreendedorismo e inovação” e “Relações Interpessoais, ética e cidadania”.

É considerado o diferencial do público do Pronatec-Campo, como a diversidade de formação básica (muitas vezes do fundamental I incompleto até o ensino médio), faixa etária (16 a 60 anos em média) e a realidade local (campo, floresta, acessos).

Problemas diagnosticados referentes à oferta do Pronatec no campo:

- Falha no instrumento de comunicação quanto ao processo de seleção por parte do demandante. De acordo com a estrutura do programa o parceiro demandante realiza o processo de seleção dos alunos, assim como, é responsável pela inserção dos mesmos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Os veículos utilizados para propagar a informação no meio rural foi a interlocução entre SEAPROF e comunitários rurais. O edital foi fixado na sede da SEAPROF de cada município, haja visto que, o MDA não possui representação direta nos municípios tendo como suporte a Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF, dado que permite somente aos que visitam a secretaria obter tal informação. Ainda segundo resultados do questionário o maior e melhor veículo de comunicação com o meio rural é o rádio.

- Falha no processo de contratação dos professores. A instituição ofertante, no caso o IFAC, é responsável pelo processo de seleção dos profissionais que atuarão na execução do Pronatec, tanto contratação de professores como de apoio às atividades administrativas. Segundo a coordenação geral, responsável pelo processo de seleção juntamente com os Câmpus, não foi observado a necessidade de realizar um certame distinto para cada modalidade de oferta naquele período. Esta não observação ocasionou alguns entraves, como por exemplo, professores que se recusavam a ministrar suas aulas na zona rural, ou que exigiam do IFAC pagamento de diárias para seu deslocamento, pagamento este, não garantido pelas leis, decretos, portarias e resoluções que regem o programa junto ao MEC, deixando o IFAC sem possibilidade de solucionar o problema de forma direta. A partir de então entraves foram se instalando durante a execução dos cursos e tiveram que ser resolvidos também durante a execução já que o curso tem carga horária de apenas 200(duzentas) horas.

- Falha na estrutura das matrizes curriculares. As matrizes curriculares foram aderidas das regiões sul e sudeste e não passaram por nenhuma adaptação pela coordenação adjunta do Câmpus Cruzeiro do Sul. Tal fato ocasionou durante as aulas observadas um certo desconforto quanto a linguagem adotada no material didático entregue aos alunos, pois muitas palavras eram desconhecidas pelos agricultores familiares, pessoas muito humildes que por vezes perguntam o significado das palavras, como também, ficam imaginando como é um iceberg já que a maioria passou a ter energia elétrica no ano de 2012 e que apenas era utilizada em geladeiras para conservar os alimentos. Os poucos que tinham adquirido o aparelho televisor não dispunham de tempo para assistir e ter acesso a outras culturas, paisagens e etc,

pois saem às 4horas da manhã retornando as 18horas do plantio ou do corte de seringa.

- Falha na eficácia da garantia do auxílio alimentação e transporte de acordo com a lei vigente. No Art. 5º são responsabilidades dos agentes da Bolsa-Formação ofertada no âmbito do Pronatec pelas instituições da Rede Federal de EPCT, assegurar aos beneficiários da Bolsa-Formação a devida assistência estudantil na forma de alimentação e transporte, considerando necessidades específicas de pessoas com deficiência e agindo em conformidade com o previsto no art. 8º. Contudo, no interior do Acre não há empresa regularizada a concorrer em um processo licitatório nem para garantir alimentação muito menos para o transporte.

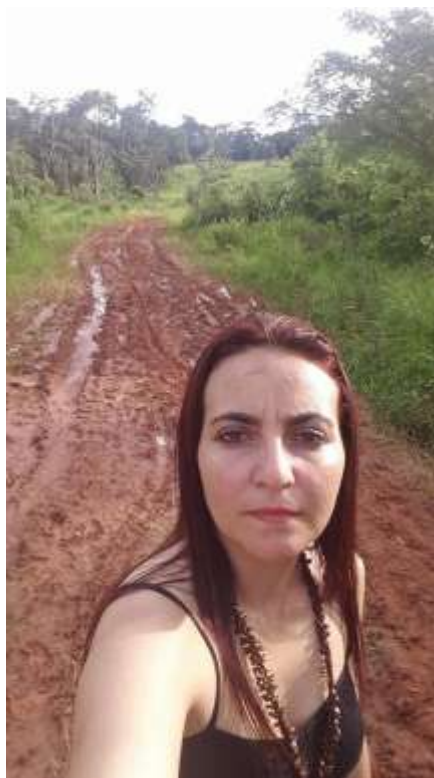
Com base na coleta de dados de forma sinérgica e metódica, foi possível identificar ainda alguns macroproblemas relacionados ao Câmpus Cruzeiro do Sul.

#### Macroproblema

- Ausência de profissionais na área de gestão ambiental que exerçam atividades relacionadas ao planejamento, gerenciamento, controle e execução de atividades de diagnóstico, avaliação de impacto, proposição de medidas mitigadoras, recuperação de áreas degradadas, acompanhamento e monitoramento da qualidade ambiental. Tais profissionais, ausente no município, ainda deveriam exercer trabalhos e pesquisas referentes a poluição dos recursos hídricos, das queimadas, bem como o próprio processo de educação ambiental.
- Pouca quantidade de profissionais nas diversas áreas de saúde, tanto aplicada quanto da área de gestão hospitalar. Ausência de profissionais que trabalhem com biotecnologia associada às áreas da saúde. A ausência de profissionais na área técnica é notória no município, causando impactos negativos para o atendimento de saúde do município.
- Ausência de professores licenciados ocasionando com que outros profissionais ministrem tais disciplinas, prejudicando o processo de construção do conhecimento e a formação dos discentes, principalmente no ensino regular. Tais cursos poderiam ser ministrados a partir de uma matriz base, em ciências naturais. As licenciaturas que possuem poucos profissionais em: química, física, matemática.
- São insuficientes profissionais na área de informática principalmente em áreas básicas, como manutenção e suporte em informática. Também existe a necessidade, em menor porte, de profissionais em desenvolvimento, gestão e planejamento em tecnologia da informação e da comunicação, programação e desenvolvimento de softwares, e profissionais em redes, em suas diversas modalidades.
- Ausência de profissionais qualificados para trabalharem com o agronegócio, aqüicultura, produção pesqueira, silvicultura, suinocultura, avicultura, horticultura, gestão ambiental e demais áreas de formação relacionadas ao uso racional e conservação de recursos naturais. A pesca é estratégica para o município, porém ocorre uma falta de técnicos na área de aqüicultura, engenharia de pesca, piscicultura, higiene, refrigeração industrial, aproveitamento de subprodutos (escama, embutidos do peixe, etc).

Abaixo segue a imagem de ramal, utilizado no período chuvoso, como acesso a uma das escolas onde foram ofertados os cursos em Cruzeiro do Sul.





**Figura 3:** Acesso a Escola Rural no período chuvoso  
Fonte: A autora

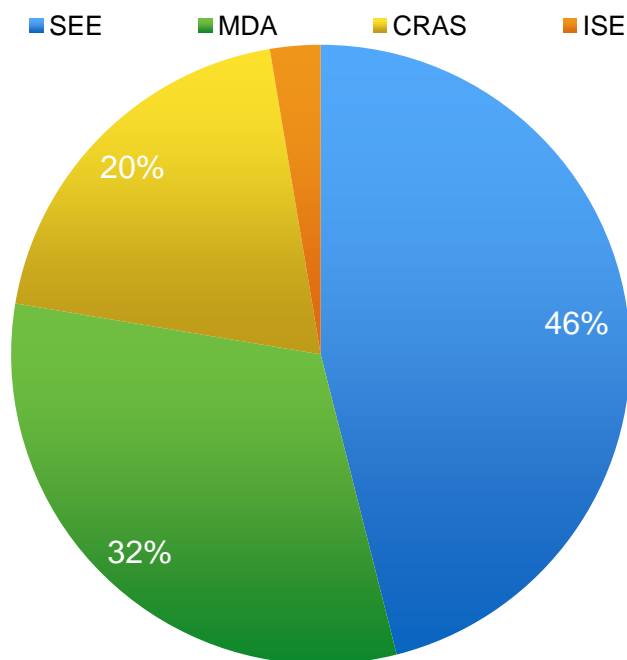
Através desta imagem podemos perceber o grau de dificuldade e de obstáculos que os moradores rurais enfrentam para receber qualificação profissional, assim como os profissionais no IFAC em executar estes cursos. Diante do exposto o IFAC adotou a metodologia de garantir o auxílio estudantil por meio do repasse direto ao aluno. Assim, a cada 20 dias os alunos se deslocam até a cidade para receber o auxílio estudantil na agência bancária mais próxima.

- Execução da oferta no formato semanal de segunda a sexta.

A proposta inicial realizada pelo IFAC foi a de que os cursos deveriam ser ofertados de acordo com a organização já estabelecida, ou seja, sua execução seria de segunda a sexta, 4 horas por dia 20 horas semanais. Na primeira semana de execução os representantes rurais procuraram o IFAC com o objetivo de alterar a metodologia de oferta, segundo eles estavam iniciando um curso no final do período chuvoso e que todos dependiam da terra para sobreviver e que não poderiam ficar sem trabalhar durante toda a semana.

*“Muitos vem de longe e andam horas pra chegar até a escola não tem como ir e voltar no mesmo dia, então como vamos fazer para estudar? Queremos aprender novas coisas, pra lidar melhor com o nosso plantio, precisamos destes cursos, vocês tem que ajudar agente”* Disse um morador da zona rural do município de Mâncio Lima em uma reunião com a coordenação adjunta do Câmpus Cruzeiro do Sul.

### Percentual de vagas por demandantes em 2013



**Gráfico 6:** Vagas por demandante no ano de 2013.

Fonte: A autora

Conforme já explanado somente em 2013 a zona rural do Vale do Juruá teve acesso aos cursos de qualificação profissional através do IFAC. Neste período a oferta saltou de 0% para 32% de toda a oferta pactuada para aquela regional. Vale ressaltar que todos os cursos destinados a zona rural são cursos do eixo tecnológico de recursos naturais, haja visto que este eixo compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, agrícola e pesqueira. Abrangendo ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social. Integra a organização curricular destes cursos: ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

A regional do Vale do Juruá saltou aproximadamente 345% na oferta dos cursos de formação inicial e continuada –FIC considerando o ano de 2012 para 2013. Além disso o Câmpus Cruzeiro do Sul passou a atender todos os municípios do vale do Juruá com cursos de formação inicial e continuada tanto para a zona urbana quanto para zona rural.

Tratando-se ainda quanto a oferta vale ressaltar que material pedagógico é produzido pela instituição. Todo o material que envolve a boa execução dos cursos é organizado e encaminhado para processo de aquisição pelo setor de compras.

No Instituto Federal do Acre a matriz utilizada na oferta dos cursos do bolsa formação são as mesmas dos cursos regulares da instituição. Os Projetos dos cursos de formação inicial, são elaborados por uma equipe do Câmpus e posteriormente são encaminhados para aprovação no Conselho Superior. Esta instância presta apoio ao processo decisório quanto a gestão administrativa, econômica, orçamentária e financeira, acadêmica e sobre relações

sociais de trabalho e de vivência, sendo um colegiado deliberativo no âmbito institucional presente na Reitoria. Caso sejam ofertados em unidades remotas temporárias, são adequados a nova realidade pela equipe do Pronatec do Câmpus, em seguida encaminhados para aprovação. Todo esse fluxo faz parte da rotina e das normas para a execução de qualquer curso da instituição seja da oferta regular, seja dos programas especiais de ensino.

#### 5.6. 2º Etapa - Análise de dados do IBGE, SEAPROF, SEMA, ZEE e Infraero

Estado/ Municípios	Área antiga (ha)	Área nova (ha)	% do Estado	Diferença de (há)
Acre	15.193.200,00	16.422.136,05	100,00	1.228.936,06
Acrelândia	160.970,00	181.377,95	1,10	20.407,95
Assis Brasil	165.930,00	497.663,26	3,03	331.733,26
Brasiléia	435.640,00	391.827,62	2,39	-43.812,38
Bujari	339.790,00	303.728,82	1,85	-36.061,18
Capixaba	174.000,00	169.649,98	1,03	-4.350,01
<b>Cruzeiro do Sul</b>	<b>788.150,00</b>	<b>881.636,74</b>	<b>5,37</b>	<b>93.486,74</b>
Epitaciolândia	165.930,00	165.504,42	1,01	-425,58
<b>Feijó</b>	<b>2.271.260,00</b>	<b>2.796.380,27</b>	<b>17,03</b>	<b>525.120,27</b>
<b>Jordão</b>	<b>669.550,00</b>	<b>536.064,01</b>	<b>3,26</b>	<b>-133.485,99</b>
<b>Mâncio Lima</b>	<b>469.220,00</b>	<b>550.223,04</b>	<b>3,35</b>	<b>81.003,04</b>
Manoel Urbano	947.720,00	1.063.529,94	6,48	115.809,94
Marechal Thaumaturgo	770.060,00	819.027,41	4,99	48.967,41
Plácido de Castro	205.560,00	194.526,28	1,18	-11.033,72
Porto Acre	292.300,00	260.887,80	1,59	-31.412,20
<b>Porto Walter</b>	<b>609.340,00</b>	<b>645.313,64</b>	<b>3,93</b>	<b>35.973,64</b>
Rio Branco	996.240,00	883.143,74	5,38	-113.096,26
Rodrigues Alves	331.850,00	307.794,58	1,87	-24.055,42
Santa Rosa	604.970,00	614.026,44	3,74	9.056,44
do Purus				
Sena Madureira	2.529.670,00	2.373.174,43	14,45	-156.495,57

Senador Guiomard	180.640,00	232.063,35	1,41	51.423,35
<b>Tarauacá</b>	<b>1.612.050,00</b>	<b>2.019.897,09</b>	<b>12,30</b>	<b>407.847,09</b>
Xapuri	472.360,00	534.695,24	3,26	62.335,24

**Quadro 6:** Área territorial do Estado do Acre e de seus municípios

Fonte: ZEE/ITERACRE, 2006.

Nota: (1) Limites da Antiga LCG.

Em análise a esta tabela podemos observar a potencialidade desta regional, haja visto que temos mais de um milhão de hectares de terra somente nesta regional.

O povo acreano tem sofrido muito devido a uma estrutura social que, se caracteriza por enormes diferenças entre as classes. Mesmo os trabalhadores, que estão empregados, têm vivenciado situações de extremas dificuldades financeiras, restringindo seu poder de consumo e limitando a qualidade de vida que, se encontra muito aquém da ideal.

Desde a colonização, a maioria das terras do acre está nas mãos de uma minoria que, acumula grandes latifúndios, o Acre têm sua história calcada nos latifúndios monocultores que, esgotam as reservas naturais, empobrecem o solo até a quebra das safras, produzindo uma economia baseada em ciclos: ciclo do banana, ciclo do milho, ciclo da borracha, do café, e assim por diante.

### Demografia Acreana

#### Evolução da População Acreana

Ano	Habitantes por localização			(%) Taxa de
	Total	Urbana	Rural	Urbanização
<b>1940</b>	<b>79.768</b>	<b>14.138</b>	<b>65.630</b>	<b>17,72</b>
1950	114.755	21.272	93.483	18,54
1960	158.852	33.534	125.318	21,11
1970	215.299	59.439	155.860	27,61
1980	301.276	131.930	169.346	43,79
1991	417.718	258.520	159.198	61,89
1996	483.593	315.271	168.322	65,19
2000	557.526	370.267	187.259	66,41
2007	655.385	464.680	190.705	70,90
2008	680.073	-	-	-
2009	691.132	-	-	-
<b>2010</b>	<b>733.559</b>	<b>532.279</b>	<b>201.2</b>	<b>72,56</b>

			80	
2011	746.386	-	-	-
2012	758.786	-	-	-
2013	776.463	-	-	-

**Quadro 7:** Evolução da população, da taxa de urbanização e do crescimento populacional  
Fonte: ZEE/ITERACRE, 2006.

Quando analisamos estes dados observamos que em 1940 tínhamos cerca de 82% da população Acriana residindo na zona rural e 70 (setenta) anos depois, já em 2010 temos apenas cerca de 27% desta população residindo na zona rural do Acre. Após algumas análises o maior motivo foi a busca por melhores condições de vida. Segundo os entrevistados, foi um período de fuga de desastres naturais como a seca no verão e o inverno amazonense, como também, buscavam empregos com boa remuneração. Buscavam ainda acesso a educação para seus filhos, assim como, os serviços hospitalares.

Como conseqüência desde êxodo rural muitas cidades Acrianas passaram a ter grandes problemas sociais. Uma delas é a cidade de Cruzeiro do Sul que vivenciando este processo de migração incessante, não estava preparada para absorver tal demanda. Neste sentido os empregos não são suficientes e muitos migrantes partem para o mercado de trabalho informal e passam a residir em habitações sem boas condições de vida (favelas, cortiços, etc). Há também a diminuição da produção agrícola.

Neste sentido, com o surgimento do Pronatec abre-se uma porta que possibilita a estes, que antes não se encaixavam nos perfis já oportunistizados, neste momento passam a ter a oportunidade de qualificação para o mundo do trabalho.

#### Habitantes por Sexo

Ano	Habitantes por sexo			(%) Taxa média
	Total	Homens	Mulheres	geométrica de
				crescimento anual
1940	79.768	44.079	35.689	-
1950	114.755	-	-	-
1960	158.852	84.208	74.644	3,20
1970	215.299	112.199	103.100	3,13
1980	301.276	155.119	146.157	3,42
1991	417.718	211.574	206.144	3,01
1996	483.593	244.449	239.144	-
2000	557.526	280.983	276.543	3,29
2007 <sup>1</sup>	655.385	329.001	323.752	2,45
2008 <sup>2</sup>	680.073	-	-	-
2009 <sup>2</sup>	691.132	-	-	-

2010	733.559	368.324	365.235	2,77
2011 <sup>2</sup>	746.386	-	-	-
2012 <sup>2</sup>	758.786	-	-	-
2013 <sup>2</sup>	776.463	-	-	-

**Quadro 8:** Evolução da população, habitantes por sexo.

Fonte: IBGE/Censo 2010; Contagem populacional (1996 e 2007) e Estimativas da População 2008/2009/2011/2012/2013.

Nota: (1) A categoria total inclui a população estimada nos domicílios fechados e nos domicílios provenientes dos setores censitários cujos arquivos foram danificados.

(2) As estimativas da população não incluem gênero, habitantes por localização urbana e rural, taxa de urbanização e taxa geométrica de crescimento. Dados atualizados em setembro/2013.

**Habitantes por Município**

Municípios	2010	2011	2012	2013
<b>Acre</b>	<b>732.793</b>	<b>746.386</b>	<b>758.786</b>	<b>776.463</b>
Acrelândia	12.538	12.779	13.011	13.353
Assis Brasil	6.075	6.192	6.308	6.480
Brasília	21.438	21.837	22.261	22.899
Bujari	8.474	8.629	8.782	9.003
Capixaba	8.810	9.088	9.368	9.836
Cruzeiro do Sul	78.444	79.174	79.819	80.377
Epitaciolândia	15.126	15.394	15.679	16.099
Feijó	32.311	32.487	32.560	32.411
Jordão	6.531	6.740	6.898	7.147
Mâncio Lima	15.246	15.554	15.890	16.410
Manoel Urbano	7.989	8.105	8.224	8.386
Marechal Thaumaturgo	14.200	14.683	15.123	15.857
Plácido de Castro	17.203	17.401	17.587	17.795
Porto Acre	14.806	15.213	15.534	16.029
Porto Walter	9.172	9.448	9.711	10.143
Rio Branco	335.796	342.299	348.354	357.194
Rodrigues Alves	14.334	14.832	15.260	15.968
Santa Rosa do Purus	4.612	4.879	5.061	5.374
Sena Madureira	37.993	38.709	39.366	40.311
Senador Guiomard	20.153	20.387	20.588	20.799
Tarauacá	35.526	36.186	36.763	37.571
Xapuri	16.016	16.370	16.639	17.021

### Quadro 9: População residente por município

Fonte: IBGE; Censo Demográfico 2010; Estimativas da População (2011, 2012 e 2013).

Nota: Dados atualizados em setembro/2013.

Como podemos observar o aumento populacional do município de Cruzeiro do Sul é constante. Como qualquer outro município do Acre o mesmo transcorre por todas as dificuldades de uma grande cidade. Atualmente Cruzeiro do Sul possui uma população de mais de 90 mil habitantes. Logo abaixo iremos ver o índice populacional da zona urbana e rural do referido município.

#### Habitantes por Município e Localização

Municípios	2010			(% ) Taxa de urbanização
	Total	Urbana	Rural	
Acre	733.559	532.279	201.280	72,56
Acrelândia	12.538	5.916	6.622	47,18
Assis Brasil	6.072	3.700	2.372	60,94
Brasiléia	21.398	14.257	7.141	66,63
Bujari	8.471	3.693	4.778	43,60
Capixaba	8.798	3.929	4.869	44,66
Cruzeiro do Sul	78.507	55.326	23.181	70,47
Epitaciolândia	15.100	10.618	4.482	70,32
Feijó	32.412	16.636	15.776	51,33
Jordão	6.577	2.272	4.305	34,54
Mâncio Lima	15.206	8.750	6.456	57,54
Manoel Urbano	7.981	5.278	2.703	66,13
Marechal Thaumaturgo	14.227	3.969	10.258	27,90
Plácido de Castro	17.209	10.382	6.827	60,33
Porto Acre	14.880	1.982	12.898	13,32
Porto Walter	9.176	3.323	5.853	36,21
Rio Branco	336.038	308.545	27.493	91,82
Rodrigues Alves	14.389	4.315	10.074	29,99

Santa Rosa do Purus	4.691	1.892	2.799	40,33
Sena Madureira	38.029	25.112	12.917	66,03
Senador Guiomard	20.179	12.703	7.476	62,95
Tarauacá	35.590	19.351	16.239	54,37
Xapuri	16.091	10.330	5.761	64,20

**Quadro 10:** População residente por município e localização  
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010.

População residente por faixa etária e sexo

Faixa etária	2010		
	T otal	Homens	Mulheres
Acre	733.559	368.324	365.235
0 a 4 anos	77.365	39.475	37.890
5 a 9 anos	82.158	42.008	40.150
10 a 14 anos	87.707	44.447	43.260
15 a 19 anos	76.983	38.440	38.543
20 a 24 anos	70.335	35.188	35.147
25 a 29 anos	67.418	33.369	34.049
30 a 34 anos	59.105	29.128	29.977
35 a 39 anos	47.777	23.836	23.941
40 a 44 anos	39.928	19.940	19.988
45 a 49 anos	31.481	15.765	15.716
50 a 54 anos	25.919	12.883	13.036
55 a 59 anos	20.457	10.218	10.239
60 a 64 anos	15.220	7.713	7.507
65 a 69 anos	11.621	5.757	5.864
70 a 74 anos	8.085	4.085	4.000
75 a 79 anos	5.508	2.816	2.692
80 anos ou mais	6.492	3.256	3.236

**Quadro 11:** População residente por faixa etária e sexo  
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010



População Indígena - 2013

Municípios/etnias	Quantidade	
	Aldeia	População
Acre	210	18.240
Assis Brasil		
Jaminawa, Machineri	5	315
Assis Brasil e Sena Madureira		
Jaminawa, Machineri	13	996
Cruzeiro do Sul		
Katukina, Jaminawa, Jaminawa-Arara	10	873
Feijó		
Ashaninka, Shanenawa, Kulina, Kaxinawá	40	3.225
Feijó e Santa Rosa do Purus		
Ashaninka	1	15
Jordão		
Kaxinawá	32	2.032
Jordão e Marechal Thaumaturgo		
Kaxinawá	6	765
Mâncio Lima		
Nukini, Poyanawa, Nawa	8	1.506
Manoel Urbano e Santa Rosa		
Kaxinawá, Kulina	45	3.869
Marechal Thaumaturgo		
Ashaninka, Jaminawa-Arara, Shawãdawa, Apolima-Arara,	11	1.446
Kuntanawa		
Porto Walter		
Arara do Igarapé Humaitá	8	622
Sena Madureira		
Jaminawa, Manchineri	7	445
Tarauacá		
Kaxinawá, Ashaninka, Katukina, Yawanawa	24	2.131

**Quadro 12: População Indígena - 2013**

Fonte: DSEI; AEAI.

Nota: Os municípios de Feijó, Jordão e Santa Rosa do Purus possuem povos indígenas isolados que não estão contabilizados na quantidade de aldeias e população. Dados referentes a abril/2013.

Meio Ambiente no Acre

## Áreas naturais protegidas

Categorias	Área	Percentual do
	(ha) <sup>1</sup>	Estado (%)
1. Áreas Naturais Protegidas	7.523.699	45,81
1.1 Unidade de Conservação	5.133.587	31,26
1.1.1 - Unidades de Conservação de Proteção Integral	1.563.769	9,52
Estação Ecológica do Rio Acre	84.387	0,51
Parque Estadual Chandles	695.303	4,23
Parque Nacional da Serra do Divisor	784.079	4,77
1.1.2 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável	3.569.818	21,74
Área de Proteção Ambiental Igarapé São Francisco	30.004	0,18
Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá	5.224	0,03
Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra	909	0,01
Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim – Pentecoste	25.751	0,16
Área Seringal Nova Esperança	2.576	0,02
Floresta Estadual do Antimary	45.639	0,28
Floresta Estadual Mogno	143.897	0,88
Floresta Estadual Rio Gregório	216.062	1,32
Floresta Estadual Rio Liberdade	77.303	0,47
Floresta Nacional São Francisco	19.139	0,12
Floresta Nacional Macauã	177.047	1,08
Floresta Nacional Santa Rosa do Purus	152.575	0,93
Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade	320.118	1,95
Reserva Extrativista Alto Juruá	538.492	3,28
Reserva Extrativista Alto Tarauacá	151.199	0,92

Reserva Extrativista Cazumbá – Iracema	733.680	4,47
Reserva Extrativista Chico Mendes	930.203	5,66
1.2 - Terras Indígenas	2.390.112	14,55
Área Total do Estado	16.422.136	100,00

**Quadro 13:** Áreas naturais protegidas

Fonte: Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade/SEMA.

Nota: (1) Algumas áreas das unidades de conservação foram demarcadas e apresentaram alterações nos perímetros e estão em processo de retificação através do decreto de criação.

Solo do Acre

Classe e característica dos solos	Área (ha)	%
Total	16.376.889,51	100,00
Argissolos		
Significativo aumento da quantidade de argila em profundidade.	6.275.531,61	38,32
Luvissolos		
Moderadamente desenvolvidos e de alta fertilidade (alta riqueza química).	2.390.495,94	14,60
Latossolos		
Solos velhos, profundos e de baixa fertilidade (pouca riqueza química).	515.489,31	3,15
Cambissolos		
Solo raso e pouco desenvolvido. Geralmente são de alta fertilidade.	5.168.450,97	31,56
Neossolos		
Solos pouco desenvolvidos e profundos.	189.154,44	1,16
Plintossolos		
Solos com plintita (tabatinga).	361.142,01	2,21
Vertissolos		
Solos com argila de atividade muito alta (racham quando secam e encharcam com as chuvas).	498.063,87	3,04
Gleissolos		
Estão na maior parte do ano com excesso de água. Tem coloração acinzentada.	978.561,36	5,98

**Quadro 14:** Solo do Acre

Fonte: SEMA-AC/ZEE.

## VEGETAÇÃO

Tipologias florestais	Área (km <sup>2</sup> )	%
Total	164.206	100,00
Campinaranas	66	0,04
Floresta aluvial aberta com bambu	1.790	1,09
Floresta aberta c/ bambu dominante	16.455	10,02
Floresta aberta c/ bambu + fl oresta aberta c/ palmeiras	40.546	24,69
Floresta aberta c/ bambu + fl oresta aberta c/ palmeiras +		
fl oresta densa	5.994	3,65
Floresta aberta c/ bambu + fl oresta densa	3.892	2,37
Floresta aberta c/ palmeiras	4.516	2,75
Floresta aluvial aberta c/ palmeiras	9.361	5,70
Floresta aluvial aberta c/ palmeiras + formações pioneiras	411	0,25
Floresta aluvial aberta c/ palmeiras + vegetação secundária	213	0,13
Floresta aberta c/ palmeiras + fl oresta aberta c/ bambu	22.416	13,65
Floresta aberta c/ palmeiras + fl oresta aberta c/ bambu +		
fl oresta densa	21.579	13,14
Floresta aberta c/ palmeiras + fl oresta densa	16.964	10,33
Floresta aberta c/ palmeiras + fl oresta densa + fl oresta		
aberta c/ bambu	9.788	5,96
Floresta aberta c/ palmeiras + formações pioneiras	99	0,06
Floresta densa	49 3	0,30
Floresta densa submontana	82 1	0,50
Floresta densa + fl oresta aberta c/ palmeiras	8.802	5,36

**Quadro 15:** Vegetação do Acre

Fonte: SEMA-AC/ZEE.

## EDUCAÇÃO

### Dados gerais da educação básica

Discriminação	2008	2009	2010	2011
Matrícula Inicial <sup>1</sup>	255.448	258.348	256.754	260.079
Educação Infantil	25.721	27.207	27.517	29.006
Ensino Fundamental	164.043	166.068	166.041	166.217
Ensino Médio	33.113	34.765	36.295	38.502
Ed. Jovens e Adultos	29.763	27.721	24.527	24.558
Educação Especial	1.024	710	627	358
Educação Profissional	1.784	1.877	1.747	1.438
Funções Docentes <sup>2</sup>	9.830	9.566	9.796	10.011
Educação Infantil	1.129	1.260	1.319	1.447
Ensino Fundamental	6.958	6.792	6.938	6.959
Ensino Médio	1.469	1.518	1.679	1.746
Ed. Jovens e Adultos	1.339	1.321	1.204	1.250
Educação Especial	182	103	102	56
Educação Profissional	58	61	51	51
Estabelecimentos <sup>3</sup>	1.738	1.761	1.717	1.714
Educação Infantil	304	411	434	460
Ensino Fundamental	1.593	1.601	1.558	1.551
Ensino Médio	111	115	123	124
Ed. Jovens e Adultos	454	416	350	388
Educação Especial	12	7	6	2
Educação Profissional	4	4	4	4
Indígena	163	163	177	182
Turmas	8.960	9.326	9.505	9.857
Educação Infantil	1.134	1.303	1.351	1.485
Ensino Fundamental	6.786	6.906	6.961	7.079
Ensino Médio <sup>4</sup>	1.040	1.117	1.193	1.293

**Quadro 16:** Dados gerais da educação básica

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar.

Notas: (1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

(2) O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

(3) O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível/modalidade de ensino.

(4) Inclui turmas do ensino médio integrado a educação profissional e normal/magistério.

Obs.: Nos anos de 2008 e 2009 os dados referentes a matrícula inicial foram redistribuídos de acordo com os informados pelo Censo Escolar.

**Plano Territorial de Qualificação Profissional (PLANTEQ) - 2010**

Municípios	Número de cursos	Número de capacitados
Acre	39	472
Acrelândia	1	12
Assis Brasil	2	19
Brasiléia	2	21
Bujari	2	26
Capixaba	1	12
Cruzeiro do Sul	4	48
Epitaciolândia	2	22
Feijó	-	-
Jordão	-	-
Mâncio Lima	-	-
Manoel Urbano	-	-
Marechal Thaumaturgo	-	-
Plácido de Castro	2	25
Porto Acre	2	27
Porto Walter	-	-
Rio Branco	12	145
Rodrigues Alves	-	-
Santa Rosa do Purus	-	-
Sena Madureira	2	24
Senador Guiomard	5	62
Tarauacá	-	-
Xapuri	2	29

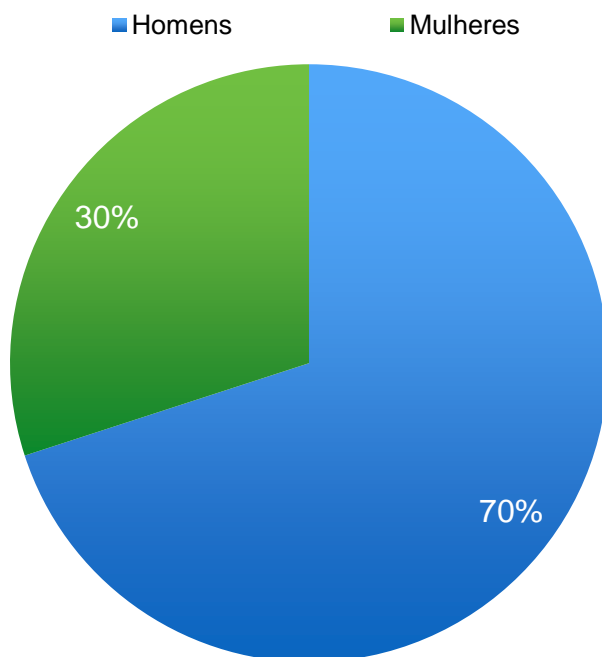
**Quadro 17:** Plano Territorial de Qualificação Profissional (PLANTEQ) - 2010

Fonte: SEDENS.

Nota: O Programa visa gerar ocupação produtiva e renda potencializando todos os recursos e vocações econômicas da comunidade.

### 5.7. 3º Etapa – Aplicação de questionários aos discentes.

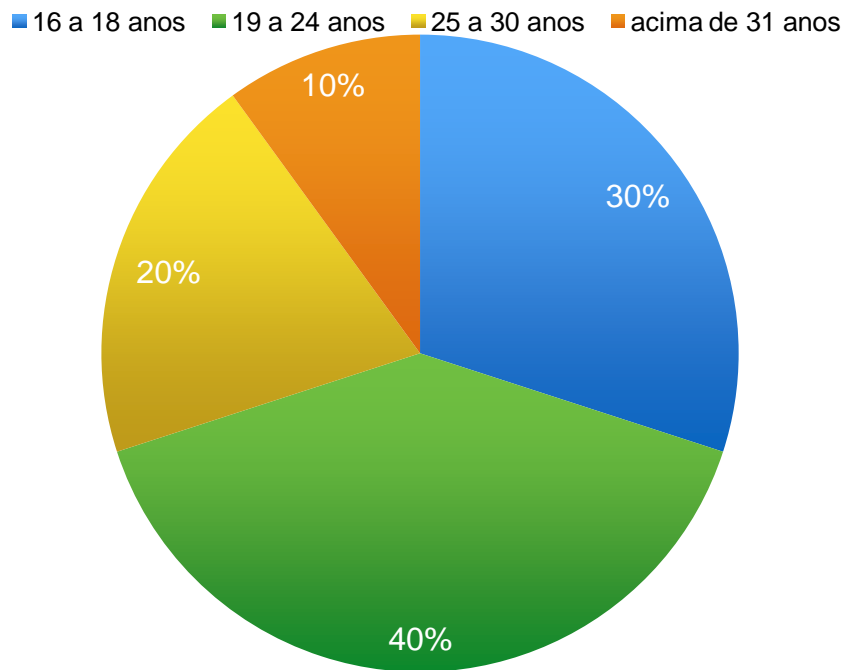
Perfil dos Alunos - GÊNERO



**Gráfico 7:** Gênero

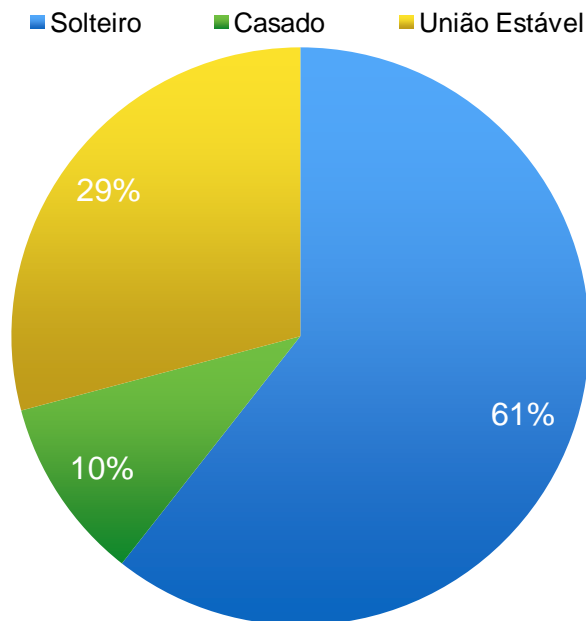
Fonte: A autora

### Faixa Etária dos Alunos



**Gráfico 8:** Faixa etária dos alunos  
Fonte: A autora

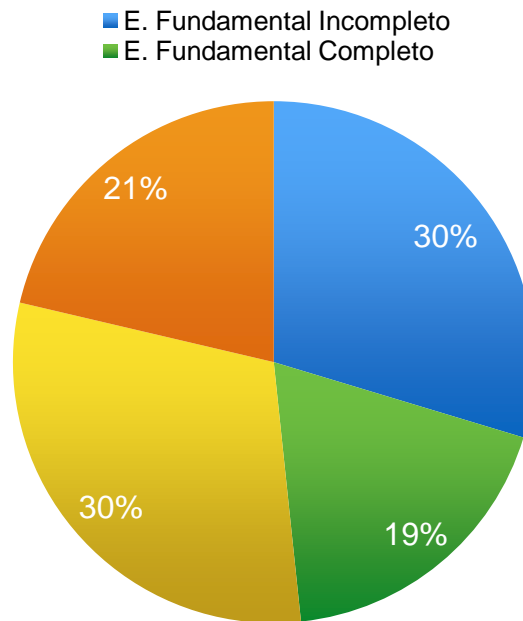
### Estado Civil dos Alunos



**Gráfico 9:** Estado civil dos alunos  
Fonte: A autora



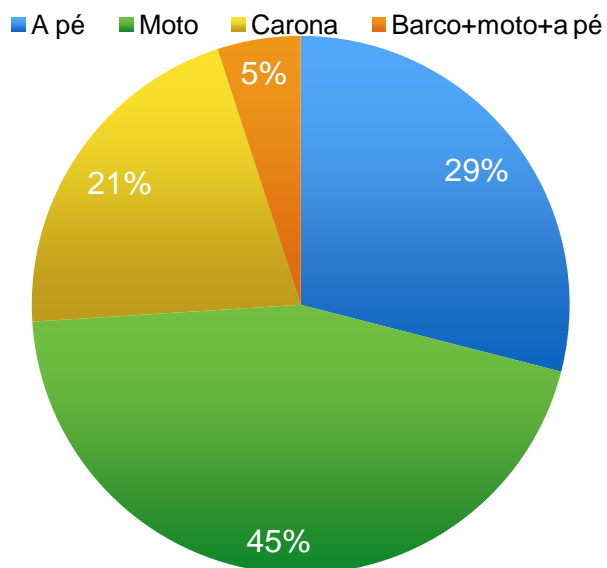
### Grau de Escolaridade dos Alunos



**Gráfico 10:** Grau de escolaridade dos alunos

Fonte: A autora

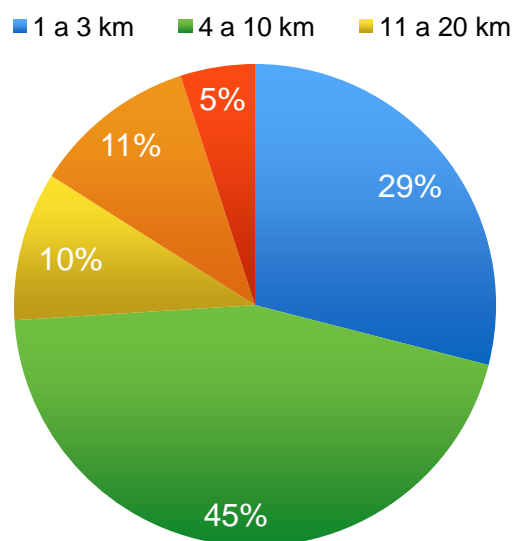
### Meio de Locomoção



**Gráfico 11:** Meio de Locomoção

Fonte: A autor

### Distância média percorrida até a escola



**Gráfico 12:** Distância percorrida até a escola

Fonte: A autora

### 5.8. 4º Etapa - Coleta de depoimentos dos discentes

#### Depoimentos



“Passei muito tempo longe da escola. Com o PRONATEC-Campo me animei e, depois de concluir um curso que foi ministrado na minha própria comunidade, resolvi ir mais longe. Já fui muito humilhada quando cheguei num posto de saúde e uma médica perguntou minha profissão e eu disse ser agricultora familiar e minha escolaridade superior incompleto. Ela ficou duvidando que uma agricultora familiar pudesse estar fazendo um curso técnico ou superior. Sim eu estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre disse”. (11/12/2013)

“Antes eu dava muita ração para o peixe, não sabia como era e não via muito resultado. Agora sei que tem tudo haver com o solo, a água, a espécie, o tipo e a quantidade de ração. O conhecimento que adquiri no curso está fazendo uma diferença muito grande em minha vida”, falou D. Maria Lucas, certificada no curso de Aquicultor. (11/12/2013)



Dona Júlia Silva de Lima, 46 anos, moradora da colônia Carolina, no seringal São Francisco no Ramal São Pedro em Assis Brasil, conta toda feliz que mesmo estando na metade do curso

de Agricultor Familiar, já aprendeu técnicas que estão melhorando sua pequena plantação de macaxeira, banana, araçá, melancia e limão. “Estou aprendendo agora como vender”, disse. (17/01/2014)



Raimunda Nonato, moradora na colação Bom Princípio, na Comunidade Rio Branco na Reserva Extrativista Chico Mendes, conta satisfeita que no curso de Auxiliar Técnico em Agropecuária aprendeu a combater as pragas na sua SAF – Sistema Agroflorestral e utilizar equipamentos como a tobata. (20/01/2014)



“Aos 50 anos esse é o primeiro diploma que recebo”. Com esse testemunho, o agricultor familiar Sr. Alício Barbosa, morador do Ramal do BEC no Projeto de Assentamento Limeira em Senador Guimard. “O curso foi muito bom, adorei. Tenho um igarapé na minha propriedade e depois do curso passei a entender melhor sobre a água e os peixes. Pretendo em breve trabalhar com isso, agora com experiência”, continuou Sr. Alício. (10/12/2013)

#### Alguns depoimentos dos gestores do IFAC

“Estamos chegando nas aldeias, nas margens dos igarapés das fronteiras do Alto Acre ao Juruá. Nosso compromisso é com quem precisa de Educação para transformar sua vida e assim, sabemos que cada comunidade tem suas particularidades e respeitamos isso” Breno Silveira – reitor do IFAC (10/12/2013)

“Este ano com a oferta dos cursos pelo Programa Nacional de Educação do Campo – Pronatec-Campo sentimos ainda mais o impacto positivo que estes cursos têm oferecido àqueles que mais precisam”. Júnior Moreira – Coordenador do Pronatec/IFAC/Baixo Acre (05/06/2013)

“Um dos pontos mais marcantes de nossas visitas foi ver a sede dos colonos, dos indígenas, dos jovens, dos trabalhadores por mais educação profissional. Em todos os lugares, eles foram unânimes em agradecer pela interiorização das ações, pela democratização do acesso”. Ronelson Castro – Coordenador do Pronatec/IFAC/Vale do Juruá (10/10/2013)



**Figura 4:** Reunião com os alunos na comunidade São Roque.

Fonte: A autora

Nos depoimentos colhidos durante as certificações, podemos perceber que a comunidade ainda é muito carente quando se trata de educação, seja ela da oferta regular, seja de formação técnica.

Ainda de acordo com os depoimentos, 80% dos entrevistados agradeceram ao IFAC pela oportunidade de acesso a qualificação profissional por meio do Pronatec. Alegam que após o acesso tiveram a possibilidade de conhecer novos cursos e de também ingressar em cursos técnicos, também através do Pronatec.

A formação técnica não propiciou apenas a inserção no mundo do trabalho, mais também, a melhoria do trato com a agricultura familiar trabalhada por alguns alunos em sua área rural aprendendo a combater pragas e melhoramento do plantio nestas áreas.

As falhas observadas pela mestrandia não foram abordadas pelos alunos em seus depoimentos.

Imagens referentes aos diversos locais de aula nas comunidades rurais



**Figura 5:** Aula prática. Explorando o espaço da própria comunidade.  
Fonte: A autora



**Figura 6:** Meio de transporte de alguns alunos  
Fonte: A autora



**Figura 7:** Acesso a uma das comunidades aonde aconteciam as aulas  
Fonte: A autora



**Figura 8:** Aula prática  
Fonte: A autora

### **5.9. Avaliação do Pronatec Campo no Vale do Juruá**

Diferente das demais ofertas do Pronatec, a presença nos cursos é intensa e as taxas de evasão mínimas. Os egressos neste primeiro ano de oferta (2013) já começaram a ser acompanhados pelo IFAC, quanto a confirmação ou não do resultado dos cursos Pronatec-Campo em suas vidas.

A eficiência da oferta do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC seja no campo ou na cidade está ligada diretamente a política de interesse de cada instituição, assim como sua organização interna, suas normas e seu perfil de atuação. Considero desta forma, pois observei durante meu estágio que a boa execução do programa

está ligada diretamente a uma boa articulação política, principalmente interna. Feito isto veem os próximos passos. Executar diante das normas estabelecidas pela SETEC. Muitos são os entraves por falta de normas claras quanto a execução. Cito o caso de que o Instituto gerencia todo o processo de articulação com o demandante, porém nem sempre o fluxo estabelecido é eficiente quanto realização da pré-matrícula dos alunos. Pode parecer um fato simples, mas gera um grande impacto, pois indica que o demandante não está conseguindo disseminar ao seu público alvo a informação. São muitos os entraves.

- Deficiência nas leis que regem o programa quanto ao processo de execução dos cursos;
- Tratamento diferenciado entre sistema S e rede federal de educação quanto ao recurso público;
- Ausência de estrutura aos demandantes para realizar todo o processo de pré-matrícula;
- O instituto não consegue operacionalizar a mesma metodologia de oferta nas unidades remotas por falta de estrutura física.
- Problemas operacionais constantes, por exemplo, SISTEC;
- Quanto a oferta no campo, não há diferencial na metodologia de oferta;

Estes são alguns pontos cruciais que sob minha avaliação fazem a diferença na qualidade da oferta do Pronatec. O programa foi criado com o objetivo de inserção no mundo do trabalho a alunos e trabalhadores que nunca antes na história deste país tiveram tal oportunidade. É elogiável sua criação, sem sombra de dúvidas muitas pessoas estão sendo beneficiadas por meio deste programa, porém vejo que faz-se necessário uma política que seja capaz de comungar com o planejamento de desenvolvimento do país e não simplesmente ofertas aleatórias de cursos.

O trabalho desenvolvido pela equipe do programa que gerencia todo o apoio pedagógico na oferta dos cursos é realizado com muita dificuldade. Não existem normas claras quanto a produção do material, quanto a forma de levantamento destas demandas. Atualmente cada professor ao iniciar suas aulas apresenta a necessidade do material pedagógico e dos insumos para aulas práticas. Esta dinâmica, muitas vezes, se torna inviável, pois existe toda a parte burocrática que requer um mínimo de planejamento que anteceda a oferta para sua aquisição. Cada processo licitatório dura em média cento e vinte dias, este fato interfere diretamente na qualidade da oferta.

A análise feita neste momento é que todas as ações que envolvem a execução do programa ainda estão em fase de organização interna e externa. Tanto a instituição ofertante, no caso o IFAC, como as instituições demandantes vivenciam um processo de construção de identidade de execução do Pronatec.

Durante o ano de 2013, o IFAC/Câmpus Cruzeiro do Sul ofertou nos municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Tarauacá um total de 1090 vagas de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores – FIC, no âmbito da bolsa formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, conforme quadro-resumo seguinte:

**Quadro 18:** Oferta PRONATEC 2013/1º bloco  
IFAC/Câmpus Cruzeiro do Sul

Fonte: A autora

Período	Local de oferta	Curso	Vagas	Demandante
1º bloco (maia ago/13)	Câmpus Cruzeiro do Sul	Auxiliar Administrativo	30	SEE/AC
		Agricultor Familiar	30	MDA/SEAPROF

		Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	30	MDA/SEAPROF	
		Recepcionista	30	SEE/AC	
		Aconselhador em Dependência Química	40	SEE/AC	
	Unidade Remota Feijó	Auxiliar Administrativo	30	SEE/AC	
	Unidade Remota Mâncio Lima	Operador de Computador	25	SEE/AC	
	Unidade Remota Rodrigues Alves	Operador de Computador	25	SEE/AC	
	Unidade Remota Tarauacá	Auxiliar Administrativo	30	SEE/AC	
		Operador de Computador	25		
	Total de vagas ofertadas			295	

**Quadro 19:** Oferta PRONATEC 2013/2º bloco

IFAC/Câmpus Cruzeiro do Sul

Fonte: A autora

Período	Local de oferta	Curso	Vagas	Demandante
2º bloco (ago a nov/13)	Câmpus Cruzeiro do Sul	Auxiliar de Pessoal	30	MDS/CRAS
		Criador de Peixes em Viveiros Escavados	30	MDA/SEAPROF
		Operador de Computador	30	MEC/SEE
		Operador de Computador	20	MJ/ISE
		Preparador de Pescado	30	MDS/SEDENS
		Recepcionista	30	MDS/CRAS
	Unidade Remota Feijó	Agricultor Familiar	30	MDA/SEAPROF
		Auxiliar Administrativo	30	MDS/SEDENS
		Operador de Computador	25	MEC/SEE
	Unidade Remota Mâncio Lima	Agricultor Familiar	30	MDS/SEDENS
		Auxiliar Administrativo	30	MEC/SEE
		Piscicultor	30	MDA/SEAPROF



	Unidade Remota Rodrigues Alves	Agricultor Familiar	30	MDS/CRAS
		Piscicultor	30	MDA/SEAPROF
	Unidade Remota Tarauacá	Agricultor Familiar	30	MDA/SEAPROF
		Auxiliar Administrativo	30	MDS/CRAS
Total de vagas ofertadas			465	

Estes cursos FIC foram estruturados em disciplinas, articuladas em dois eixos de formação: formação para o mundo do trabalho e formação para a cidadania. Cada FIC somou uma carga horária total de 200 horas.

Os referidos cursos foram ofertados para estudantes e trabalhadores urbanos e rurais, visando atender às demandas do setor produtivo local, em consonância com as vocações regionais e pactuações firmadas com demandantes da bolsa formação Pronatec.

### 5.9.1. Resultados educacionais

Das 1090 vagas ofertadas pelo Câmpus no âmbito da *bolsa formação PRONATEC no ano de 2013*, 1082 foram preenchidas, 760 referem-se a turmas já concluídas e 330 são de curso em andamento, com previsão de término até 28/02/2014.

O índice de eficiência no preenchimento das vagas ofertadas foi de 99,26%, sendo que as que ficaram em aberto (oito, no total) referem-se a vagas de oferta exclusiva, destinada a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, portanto, não preenchidas devido a restrições/limitações internas do sistema de ressocialização/modalidade da bolsa-formação.

Do total de vagas ocupadas e com turmas concluídas (752 vagas), houve 59 evasões/desistências (7,84%) e duas reprovações por falta (0,02%). O aproveitamento final dos cursos revelou-se bastante satisfatório.

Foram capacitados profissionalmente 691 jovens e adultos, alcançando um índice final de 91,88% de aprovação nos cursos, conforme detalhado no quadro abaixo:

#### **Quadro 20:** Aproveitamento e resultados educacionais PRONATEC 2013/1º bloco IFAC/Câmpus Cruzeiro do Sul

Fonte: A autora

Local de oferta	Curso	Vagas	Matrículas	Aproveitamento	
Câmpus Cruzeiro do Sul	Auxiliar Administrativo	30	30	29	96,66%
	Agricultor Familiar	30	30	30	100,00%
	Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	30	30	28	93,33%
	Recepcionista	30	30	29	96,66%
	Aconselhador em Dependência Química	40	40	37	92,50%

Unidade Remota Feijó	Auxiliar Administrativo	30	30	26	86,66%
Unidade Remota Mâncio Lima	Operador de Computador	25	25	22	88,00%
Unidade Remota Rodrigues Alves	Operador de Computador	25	25	21	84,00%
Unidade Remota Tarauacá	Auxiliar Administrativo	30	30	30	100,00%
	Operador de Computador	25	25	24	96,00%
	Total	295	295	276	93,56%

**Quadro 21:** Aproveitamento e resultados educacionais PRONATEC 2013/2º bloco IFAC/Câmpus Cruzeiro do Sul

Fonte: A autora

Local de oferta	Curso	Vagas	Matrículas	Aproveitamento	
Câmpus Cruzeiro do Sul	Auxiliar de Pessoal	30	30	27	90,00%
	Criador de Peixes em Viveiros Escavados	30	30	28	93,33%
	Operador de Computador	30	30	26	86,66%
	Operador de Computador	20	12	11	91,66%
	Preparador de Pescado	30	30	27	90,00%
	Recepcionista	30	30	29	96,66%
Unidade Remota Feijó	Agricultor Familiar	30	30	29	96,66%
	Auxiliar Administrativo	30	30	29	96,66%
	Operador de Computador	25	25	20	80,00%
Unidade Remota Mâncio Lima	Agricultor Familiar	30	30	28	93,33%
	Auxiliar Administrativo	30	30	26	86,66%
	Piscicultor	30	30	23	76,66%
Unidade Remota Rodrigues Alves	Agricultor Familiar	30	30	28	93,33%
	Piscicultor	30	30	25	83,33%

Unidade Remota Tarauacá	Agricultor Familiar	30	30	29	96,66%
	Auxiliar Administrativo	30	30	30	100,00%
Total		465	45 7	415	90,80%

### 5.9.2. Assistência e apoio estudantil

Todos os estudantes de nossos cursos FIC foram atendidos com auxílio transporte e alimentação, mediante crédito da bolsa assistência estudantil pago diretamente no CPF, via ordem bancária em nome do próprio beneficiário, no Banco do Brasil.

Os estudantes receberam ainda uniforme escolar (blusa) e KIT material didático, composto de caderno universitário, caneta e lápis.

### 5.9.3. Informações dos bolsistas envolvidos

Na execução da bolsa formação PRONATEC no IFAC/Câmpus Cruzeiro do Sul e unidades remotas, estiveram envolvidos diretamente diversos colaboradores internos e externos, conforme seguinte quadro-resumo:

#### Quadro 22: Profissionais bolsistas em 2013/1º bloco IFAC/Câmpus Cruzeiro do Sul

Fonte: A autora

Função	Quantidade	Mestre	Especialista	Graduado	Técnico
Coordenador Adjunto	01	-	01	-	-
Supervisor	10	03	05	02	-
Orientador	02	-	02	-	-
Apoio Acadêmico	04	-	-	04	-
Professor	40	02	24	12	02
Total	57	05	32	18	02
%	100%	8,77%	56,14%	31,57%	3,50%

#### Quadro 23: Profissionais bolsistas em 2013/2º bloco IFAC/Câmpus Cruzeiro do Sul

Fonte: A autora

Função	Quantidade	Mestre	Especialista	Graduado	Técnico
Coordenador Adjunto	01	-	01	-	-
Supervisor	16	05	05	06	-

Orientador	02	-	02	-	-
Apoio Acadêmico	04	-	-	04	-
Professor	52	02	26	23	01
Total	75	07	34	33	01
%	100%	9,33%	45,33%	44,00%	1,33%

A formação acadêmica dos docentes envolvidos teve correlação direta com a área da disciplina/curso. Tivemos profissionais da área de informática, enfermagem, administração, gestão pública, pedagogia, matemática, engenharia agrônômica, zootecnia, medicina veterinária, ciências agrícolas, contabilidade, economia, letras português e inglês, atuando na docência dos cursos ofertados, de acordo com a disciplina e o curso.

Todos os profissionais contratados foram aprovados em processo seletivo simplificado, de análise curricular, com editais publicados e disponibilizados no site do IFAC e veiculados em portais de notícias, redes sociais, rádio e televisão de âmbito local e estadual.

Em relação à avaliação de rendimento profissional, todos os bolsistas alcançaram boa avaliação no exercício das atribuições de cada função, sendo considerados aptos à continuidade de colaboração no Programa, de acordo com contido na Resolução nº 04 do FNDE-CD.

#### **5.10. Diagnóstico do Pronatec Campo no Vale do Juruá**

Considerando-se a oferta formativa no ano de 2013, em comparação com os índices esperados ou aceitáveis previstos no Manual da Bolsa Formação, verificamos o alcance de excelentes resultados educacionais.

Em termos quantitativos, foram capacitados para o mundo do trabalho 691 profissionais dentre jovens e adultos, estudantes e trabalhadores, atingindo um índice de 91,88% de aproveitamento final das vagas ofertadas.

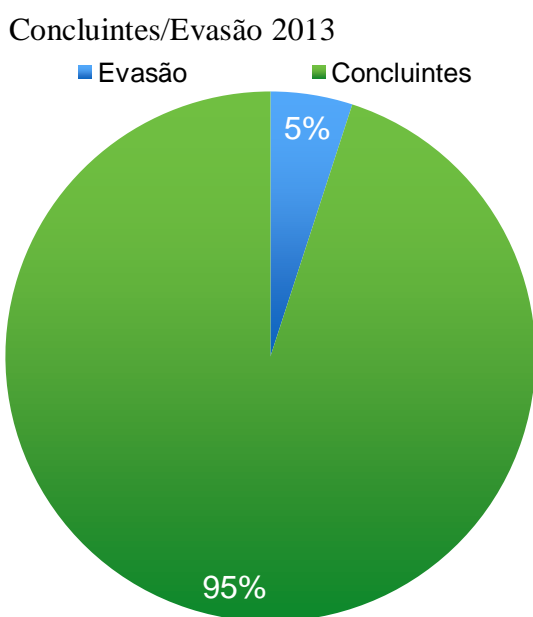
No acumulado do ano de 2013, atingimos 1090 vagas ofertadas, representando um crescimento de 4 vezes o quantitativo oferecido em 2012.

As análises realizadas no vale do juruá quanto a implantação e oferta do Pronatec Campo nos fizeram refletir sobre a deficiência, ainda presente em pleno século XXI, quanto ao acesso a educação. O Acre com seu território extenso e com mais de 700 mil habitantes ainda não consegue oportunizar educação profissional a zona rural. O IFAC é a única instituição de ensino que oferece cursos profissionalizantes a população que reside na zona rural. Tal oferta ocasionou mudança de hábito, elevação do conhecimento, melhoria do tratamento para com a terra, resgate da cultura acreana, resgate da identidade rural, todos estes fatos foram vistos durante a execução dos cursos.

Em algumas comunidades, jovens que já encontravam-se sem nenhuma perspectiva de vida ou de avanço no processo de formação acadêmica, que ocasionou a saída de muitos destes jovens durante anos de suas comunidades para a cidade, com o Pronatec estes jovens resgataram o interesse em viver no meio rural. Conseguiram “enxergar” as inúmeras possibilidades de desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida, explorando bem a terra e utilizando novas técnicas de plantio. Passaram a ajudar aos seus pais na lavoura utilizando todo o conhecimento adquirido em seus cursos de formação inicial e continuada.

Assim, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, para estas comunidades rurais, de fato, passou a agir como um propulsor sobre os direitos da população

rural de Cruzeiro do Sul. Foi possível desconstruir a imagem de que a população rural não necessita de oferta de cursos profissionais. Para isso acontecer fez-se necessário um grande esforço por parte das instituições ofertantes e demandantes. Deste forma o Pronatec Campo surge como um espaço de criação e recriação de processos educativos voltados para o campo e passa a agir em defesa na melhoria da qualidade de vida de seus sujeitos. Ainda sobre a oferta de educação profissional por meio do Pronatec Campo no vale do Juruá, podemos ressaltar que o conceito de educação no campo mudou, deixa de ser uma educação arcaica e voltada para um ensino básico propedêutico, passando a ser inovadora e cheias de técnicas que possibilitaram a jovens e adultos desempenharem melhor ainda o trato na agricultura familiar além do resgate cultural, social e econômico desta população.



**Gráfico 13:** Concluintes e evasão  
Fonte: A autora

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa estabeleceu como meta verificar como se deu a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec Campo por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC no Vale do Juruá no Estado do Acre.

Durante a realização deste estudo conseguimos enxergar a mudança de hábito dos moradores rurais, quanto a acessibilidade ao mundo escolar, a integração dos comunitários com o Instituto Federal, a participação assídua nas aulas, todos estes fatores foram propulsores para que o IFAC buscasse cada vez mais um formato de oferta de educação profissional no campo que proporcione a inserção do sujeito nas atividades diárias e que esta atividade passe a fazer parte da rotina destes indivíduos.

A partir de um processo de análise de documentação, a princípio, não revelou nenhuma mudança social ou econômica as comunidades rurais. Somente durante o processo de participação *in locu* da rotina de oferta do curso, assistindo as aulas, aplicando os questionários, vivenciando todas as dificuldades superadas pelos estudantes para que pudessem concluir o curso é que foi possível enxergar que um Programa que foi criado com o foco de inserção direta no mundo do trabalho a uma classe social que nunca antes tivera esta oportunidade, superou sua expectativa, uma vez que além de propiciar esta inserção, passa a agir como um instrumento de continuidade em um processo educativo, assim como um divisor de águas com relação as técnicas utilizadas para manuseio do plantio na agricultura familiar, tanto para o homem “branco” como para as comunidades indígenas.

Toda essa mudança na educação no campo demonstra ainda que a oferta está obtendo êxito, pois o principal sujeito está inteiramente entusiasmado com esta nova oportunidade e este passa a fazer parte desta oferta. Como diria Paulo Freire em Educação Bancária “ninguém é uma página em branco, todos temos o que ensinar e o que aprender”.

Para tanto, observou-se que enquanto o sujeito alvo está “fazendo” sua parte ainda existem, de fato, alguns entraves que ao longo do processo de oferta do Programa a instituição está tentando corrigir:

- Os entraves financeiros quanto a liberação de recursos em tempo hábil pela SETEC, para que seja realizado o pagamento dos profissionais envolvidos na oferta, como também, garantir o material didático, o auxílio alimentação e transporte aos alunos do programa em conformidade com a resolução/CD/FNDE nº 4 de 16 de março de 2012.
- O acesso a estas comunidades rurais, ainda é um fator relevante.
- A ausência de algumas especialidades acadêmicas nos municípios ofertados.
- A falta de um instrumento que possa subsidiar quanto a abertura de novos cursos, ou seja, ausência de um levantamento de mercado que mensure o grau de viabilidade quanto a necessidade das áreas de formação para o mundo do trabalho, para que a partir de então sejam abertos os cursos.

Contudo, vale ressaltar durante a pesquisa buscamos conversar com outras instituições ofertastes do Pronatec, com o intuito de compreender qual é o motivo para que as mesmas não atuem com a oferta destes cursos no campo. Tal investigação trouxe como resultado 80% dos entrevistados alegaram dificuldade de acesso a estas comunidades, pois no Acre são consideradas apenas duas das quatro estações, o inverno amazonense e o verão. No inverno, muita chuva e no verão, muita seca. Alegaram ainda que mesmo que tivessem acesso a estas comunidades, as mesmas não dispunham de condições mínimas para execução dos cursos, como: laboratórios, sala de aula climatizada, acervo bibliográfico necessário, alojamento adequado aos profissionais destas instituições, ausência de algumas áreas específicas de professores, dentre outros questionamentos, pois estas são algumas das orientações dadas pelo

Ministério da Educação via Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC as instituições ofertantes.

Para tanto o que pude observar é que quando se há interesse por parte dos gestores destas instituições dar-se sempre um jeito para que a oferta aconteça. Durante a pesquisa, eu mesma, fui alojada pelos moradores em suas residências por todo o período necessário a desenvolver as visitas, entrevistas, aplicação de questionários e assim por diante. A oferta não estava em conformidade com o ideal, porém tamanha era a necessidade destes cursos que tanto o IFAC quanto a comunidade se adaptaram a oferta. O uso do acervo bibliográfico das escolas de ensino médio mais próximas, o uso da terra cedida pelos próprios alunos para a realização das aulas práticas, parcerias foram estabelecidas com as instituições locais, estes são alguns exemplos de adaptação para que as ofertas fossem efetivadas.

O fato de ter alunos que andavam por horas em meio a mata fechada, muitas vezes estimulava o professor que ministrava aquela disciplina a alguém tão necessitado e tão entusiasmado em aprender. Os índices demonstram que 95% dos alunos ingressantes concluíram estes cursos apesar de todos os entraves estes sujeitos não desistiram. Isso nos leva a refletir e a criar mecanismo para que possamos melhorar cada vez mais esta oferta ao ponto de chegarmos o mais próximo da excelência.

Entretanto, vejo que algumas normas devem mudar tais como:

- As regras estabelecidas devem ser realinhadas de acordo com a região da oferta, não podemos ter um modelo de oferta unificado como se o Brasil tivesse um perfil único.
- Não podemos utilizar matrizes do Sul e Sudeste, pois são realidades completamente distintas da Região Norte.
- Se a SETEC/MEC continuar a avaliar as instituições ofertantes seguindo as mesmas normas de estrutura física, acervo bibliográfico adequado, laboratório adequados entre os cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos, a oferta no Campo, no Acre, será extinta.
- Não adianta simplesmente criar um programa, tem que acompanhar sua oferta, criar instrumentos e critérios diferenciados que possibilitem este acompanhamento.
- Dar agilidade quanto ao fluxo financeiro de execução deste programa.
- Estabelecer comissões de avaliação por região de oferta.
- Fornecer respostas rápidas aos coordenadores gerais nas instituições ofertantes.
- Que o programa faça parte de um planejamento anual do governo federal para que não ocorra tanto atraso nos repasses financeiros, ou que trate as instituições federais e estaduais da mesma forma que trata o Sistema S, pois esse atraso no repasse financeiro gera um atraso no início das ofertas, atraso no pagamento dos profissionais envolvidos e atraso do auxílio dos alunos, causando um desgaste enorme para a equipe local e principalmente na eficiência e eficácia desta oferta, se tornando um fator causador de evasão.
- Que seja criado um fluxo entre a instituição ofertante e a SETEC quanto a respostas rápidas e eficazes. Pois, por inúmeras vezes a instituição ofertante fica sem resposta deste órgão mantenedor.
- Que o SISTEC passe a funcionar plenamente e que as mudanças ocorridas sejam imediatamente informadas as instituições ofertante e demandantes.

Contudo, faz-se necessário que seja investigado, no futuro, quais mudanças sociais e econômicas estão acontecendo no Estado do Acre em consequência da “injeção” destes egressos ao mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

Agência Câmara. Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2011/lei-12513-26-outubro-2011-611700-norma-pl.html>>

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro- Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Ed.206*. Brasília, 27 de Outubro de 2011.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro- Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Ed.206*. Brasília, 27 de Outubro de 2011. (<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/12/05/escolas-quilombolas-receberao-computadores-portateis>).

BRASIL. Ministério da Educação. Setec. Consolidação das Sugestões Recebidas em Consulta Pública para a Proposta de Eixos Tecnológicos. Brasília, 2006b (documento não publicado).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Setec. *Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. Brasília, jul. 2006c. Disponível em: [http://catalogo.mec.gov.br/anexos/catalogo\\_completo.pdf](http://catalogo.mec.gov.br/anexos/catalogo_completo.pdf)>.

MEC/SEMTEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio*. Brasília, 1999, 4 v. (Versão baixada do site do MEC).

MACHADO, Lucília Regina de Organização da Educação Profissional e Tecnológica por eixos tecnológicos. *Linhas Críticas*, vol. 16, núm. 30, enero-julio, 2010, pp. 1-22. Universidade de Brasília. Brasília, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=193514392004>

BORDENAVE, J. & Pereira, A. *Estratégias de Ensino Aprendizagem*, 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Educação Profissional e Tecnológica: legislação básica*. – 6. Ed. – Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.



FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Maria (orgs). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo, 2005.

AZEVEDO DE JESUS, Sônia Meire Santos. Questões Paradigmáticas da Construção de um Projeto Político da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; AZEVEDO DE JESUS, Sônia Meire Santos (Orgs). Contribuições para a Construção de Um projeto de Educação do Campo. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 05, Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

CALDART, Roseli Salet. O MST e a Formação dos Sem Terra: o Movimento social como princípio educativo. Disponível em: <http://www.scielo.br> . Acesso em: 25/ 02/2014.

COUTINHO, A, F (Org.). Sobre políticas Educacionais no Brasil: interpretações acerca de lutas, conquistas e os desafios para a educação no século XXI. -São Luís: EDUFMA, 2009.

FERNANDES, Bernardo M. CERIOLI, Paulo R. CALDART, Roseli S. Primeira Conferencia Nacional “Por uma educação básica do campo” texto Preparatório In: ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salet. MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). Por uma Educação do Campo. 4 edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL .Ministério da Educação. Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo. Caderno de subsídios. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. MEC. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. 2010. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

ARROYO, Miguel Gonsalez; CALDART, Roseli; CASTAGNA, Mônica (organizadores). FERNANDES, Bernado M.; CERIOLI; Paulo R.; CALDART, Roseli S. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”, 2004.

SOUSA, Ivânia Paula Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos Reis. Educação para a convivência com o Semi-árido: reencantando a educação a partir das experiências de Canudos, Uauá e Curaçá. São Paulo: Petrópolis, 2003.

SOARES, Andrei et al. Pronatec: consolidação do direito à educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, E.M; MORIGI, V. (org). Ensino técnico, Formação Profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil. Porto Alegre: Tekne, 2012.

BOLETIM INFORMATIVO FAEP. Federação da Agricultura do Estado do Paraná. FAEP denuncia lógica de seqüestro nas invasões. Curitiba, 23 a 29 de agosto de 2004, nº 831 – Ano XIX.

\_\_\_\_\_. Sem Terra aproveitam passividade dos governos e intensificam invasões. Curitiba, 09 a 15 de agosto de 2004 , nº 829 – Ano XIX.

\_\_\_\_\_. MST prega ódio e revolução em escolas públicas de assentamentos. Curitiba 20 a 26 de setembro de 2004, nº 834 – Ano XIX.

EDWARD, José. O Brasil não precisa de reforma agrária. Revista Veja: Agronegócio & Exportação. São Paulo, n. 36, ano 37, p. 66-68, out. 2004.

GRAZIANO, Xico. O Carma da Terra no Brasil. Ed. A Girafa, Coleção: O Rei Está Nu. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Reinventar a Reforma Agrária. Artigo publicado no jornal “O Estadão”, na coluna Espaço Aberto, em 10 de dezembro de 2002. Disponível em <http://www.xicograziano.com.br/estadao/Reinventar%20a%20reforma%20agraria.htm> acesso em 25 de outubro de 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. XII Encontro Nacional do MST. São Miguel do Iguaçu – PR, 19 a 24 de janeiro de 2004.

Portal do Fazendeiro. Entrevista com Xico Graziano. Disponível em [www.fazendeiro.com.br/noticias/Entrevista\\_Neto.asp](http://www.fazendeiro.com.br/noticias/Entrevista_Neto.asp) - 88k - acesso em 03 de novembro de 2004

REIS, Eduardo Almeida. Um livro imperdível. Disponível em <http://www.Agranja.com/AGranja/668/eduardo.pdf>. - acesso em 07 de outubro de 2004.

## ANEXOS



**Figura 9:** Acesso fluvial a uma das comunidades aonde aconteciam as aulas  
Fonte: A autora



**Figura 10:** Acesso ao local das aulas  
Fonte: A autora



**Figura 11:** Meio de transporte utilizado pelos professores  
Fonte: A autora



**Figura 12:** Acesso a escola rural aonde aconteciam as aulas  
Fonte: A autora



**Figura 13:** Sorteio público realizado pelo MDA  
Fonte: A autora



**Figura 14:** Aula teórica - sala de aula  
Fonte: A autora



**Figura 15:** Aula teórica  
Fonte: A autora



**Figura 16:** Aula teórica  
Fonte: A autora



**Figura 17:** Aula teórica  
Fonte: A autora



**Figura 18:** Aula prática  
Fonte: A autora



**Figura 19:** Aula prática  
Fonte: A autora



**Figura 20:** Aula prática  
Fonte: A autora



**Figura 21:** Aula prática  
Fonte: A autora



**Figura 22:** Certificação no Alto Acre  
Fonte: A autora



**Figura 23:** Certificação no Vale do Purus - comunidade indígena  
Fonte: A autora



**Figura 24:** Reunião da coordenação geral com seus coordenadores adjuntos  
Fonte: A autora



**Figura 25:** Reunião da coordenação geral com instituições demandantes  
Fonte: A autora